

## RESOLUÇÃO Nº 5/REIT - CEPEX/IFRO, DE 08 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Jaru*.

**O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.009426/2018-17, considerando a Resolução nº 3/CONSUP/IFRO/2019, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex, durante a 14ª Reunião Ordinária, em 11/12/2018;

### RESOLVE:

**Art. 1º APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Jaru*, anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

### CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS

Presidente Substituto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique dos Santos, Vice-Presidente do Conselho**, em 08/01/2019, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0442370** e o código CRC **1D64D7E1**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 5, DE 08 DE JANEIRO DE 2019

**PPC TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, CAMPUS JARU - [LINK - 0442357](#)**



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio apresentado à Diretoria de Ensino do *Campus* Jaru pela Comissão nomeada pela Portaria 181 de 06 de agosto de 2018.

## **Membros da Comissão:**

Carla Werle  
Ana Paula Alves Gonçalves  
Cleonete Martins de Aguiar  
Emi Silva de Oliveira  
Enilda de Oliveira Aliares  
Eslei Justiniano dos Reis  
Marília Assis dos Santos

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	7
1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Dados da instituição	8
1.2 Dados da unidade de ensino	8
1.3 Corpo dirigente	8
1.4 Histórico da instituição	9
1.4.1 Breve histórico do IFRO	9
1.4.2 Breve histórico do <i>Campus</i>	10
1.4.3 Dados socioeconômicos da região	13
2 APRESENTAÇÃO	15
2.1 Identificação do curso	15
2.2 Total de vagas	15
2.3 Justificativa	16
2.4 Público-alvo	19
2.4.1 Forma de ingresso	19
2.5 Objetivos	19
2.5.1 Objetivo geral	19
2.5.2 Objetivos específicos	19
2.6 Perfil profissional do egresso	20
2.6.1 Áreas de atuação	20
3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	21
3.1 Concepção metodológica	21
3.1.1 Estratégias de ensino previstas para o curso	22
3.1.2 Transversalidade no currículo	24
3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico	25
3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular	26
3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais	27
3.1.5.1 Atividades de tutoria	29
3.1.6 Outras atividades previstas para o curso	29
3.2 Estrutura curricular	30
3.2.1 Matriz curricular	32
3.3 Avaliação	33

3.3.1 Avaliação do processo de ensino aprendizagem	33
3.3.2 Avaliação do curso	34
3.4 Prática profissional	36
3.4.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo	36
3.4.2 Prática Profissional Supervisionada - estágio e/ou atividade equiparada	36
3.4.2.1 Prática Profissional Supervisionada - Estágio	37
3.4.2.2 Prática Profissional Supervisionada – TCC	38
3.4.2.3 Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais	39
3.5 Atividades complementares	40
3.7 Inclusão e apoio ao discente	41
3.7.1 A inclusão educacional	41
3.7.2 O apoio ao Discente	43
3.8 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	45
3.8.1 Multimeios Didáticos	45
3.8.2 Recursos de Informática	45
3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem	46
3.9 Acompanhamento do egresso	47
3.10 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	48
3.10.1 Integração com rede pública e empresas	48
3.11 Certificação	48
3.11.1 Certificação de Conclusão de Curso	48
3.11.2 Certificação Intermediária	49
4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO	49
4.1 Requisitos de formação	49
4.2 Docentes para o curso	51
4.2.1 Experiência Profissional do Quadro Docente	52
4.3 Titulação dos docentes do curso	53
4.3.1 Índice de Qualificação	55
4.4 Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização	56
5 GESTÃO ACADÊMICA	57
5.1 Coordenação do curso	57
5.2 Colegiado de curso	57
5.4 Assessoramento ao curso	57
5.4.1 Diretoria de Ensino	57

5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	58
5.4.2 Departamento de Extensão	59
5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	60
5.4.4 Equipe Técnico-pedagógica	60
6 INFRAESTRUTURA	61
6.1 Infraestrutura física e recursos materiais	61
6.1.1 Estrutura física	61
6.1.2 Recursos materiais	62
6.2 Infraestrutura de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas	63
6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	63
6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	64
6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	64
6.3 Infraestrutura de informática	64
6.3.1 Laboratório	64
6.4 Infraestrutura de laboratório	65
6.4.1 Laboratório Didático de Formação Básica	65
6.4.2 Laboratórios Didáticos de Formação Específica	65
6.5 Biblioteca	65
6.6 Outros ambientes específicos de ensino e aprendizagem	65
7 BASE LEGAL	66
7.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	66
7.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	66
7.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	66
7.4. Carga Horária mínima em horas	67
8 REFERÊNCIAS	68
9 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA	72
1º SEMESTRE	72
2º SEMESTRE	83
3º SEMESTRE	95



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Total de vagas no primeiro ano	15
<b>Quadro 2</b> - Total de vagas durante a integralização	15
<b>Quadro 3</b> - Matriz curricular das disciplinas obrigatórias do curso de Agronegócio do IFRO, Campus Jaru.	32
<b>Quadro 4</b> - Requisitos de formação por disciplina	49
<b>Quadro 5</b> - Regime de trabalho e <i>link</i> para Lattes do corpo docente	52
<b>Quadro 6</b> - Experiência do corpo docente	53
<b>Quadro 7</b> - Titulação do corpo docente	54
<b>Quadro 8</b> - Índice de qualificação dos docentes do curso	56
<b>Quadro 9</b> - Equipe Técnico-pedagógica	61
<b>Quadro 10</b> - Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados	62



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Municípios de residência da população da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO campus Jaru”	17
<b>Figura 2</b> - Eixos tecnológicos de interesse população da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO <i>Campus</i> Jaru”	17
<b>Figura 3</b> - Áreas de importância para o desenvolvimento econômico e social de Jaru na pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO <i>Campus</i> Jaru”	18
<b>Figura 4</b> - Interesse em ingressar no curso Técnico em Agronegócio da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO <i>Campus</i> Jaru”	18

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

### **1.1 Dados da instituição**

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Rua Tiradentes, 3009, Bairro Industrial.

Cidade/UF/CEP: Porto Velho, Rondônia – CEP 76.821-001

Telefones: (69) 2182-9601

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

### **1.2 Dados da unidade de ensino**

Nome: *Campus Jarú*

CNPJ: 10.817.343/0010-98

Endereço: Av. Ver. Otaviano Pereira Neto, nº 874, Setor 2

Cidade/UF/CEP: Jarú, Rondônia - CEP:76.890-000

Telefones: (069) 9 9918-2512 e (069) 9 9989-6257

E-mail: *Campusjaru@ifro.edu.br*

### **1.3 Corpo dirigente**

Reitor(a): Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor(a) de Ensino: Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitor(a) de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor(a) de Administração: Jéssica Cristina Pereira Santos

Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

Diretor(a) Geral do *Campus*: Renato Delmonico

Telefone: (069) 9 9918-2512

E-mail: dg.jaru@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1546265378678990>

Diretor(a) de Ensino: Érica Cayres Rodrigues

Telefone: (069) 9 9989-6257

E-mail: [de.jaru@ifro.edu.br](mailto:de.jaru@ifro.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3882029520986783>

Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino: Carla Werle

Telefone: (069) 9 9989-6257

E-mail: [dape.jaru@ifro.edu.br](mailto:dape.jaru@ifro.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3039768002393102>

Coordenador(a) do Curso: Felipe Matheus Teles de Vasconcelos

Telefone: (069) 9 9989-6257

E-mail: [felipe.vasconcelos@ifro.edu.br](mailto:felipe.vasconcelos@ifro.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8969707515176366>

## **1.4 Histórico da instituição**

### **1.4.1 Breve histórico do IFRO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multi *Campi*. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes

modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Os Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia estão descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional IFRO/2018-2022.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o ano de 2018, a configuração é esta: uma Reitoria; nove *Campi* implantados: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e o *Campus* Jaru.

#### **1.4.2 Breve histórico do *Campus***

O município de Jaru fica localizado no Estado de Rondônia, a 291 km da capital Porto Velho. Situa-se na BR 364, fazendo divisão limítrofes com os seguintes municípios: ao Norte, com Theobroma; ao Sul, com Mirante da Serra e Nova União; a Oeste, com Cacaupônia e Governador Jorge Teixeira; a Leste, com Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste.

O município é considerado extremamente importante para o desenvolvimento econômico do estado por diversas razões, dentre elas podemos citar: forte produção na agroindústria; apresenta um número populacional superior a cinquenta mil habitantes, possui vários municípios menores em seu entorno e há inúmeras empresas fortes nas diversas áreas do comércio.

No entanto, o município era carente de instituição de ensino que oferecesse educação profissional e tecnológica para atender as demandas local e regional.

Nesse contexto, em 2012, em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jaru, no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região, o IFRO implantou um Polo de Educação a Distância, dando, portanto, início às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com o

seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar.

Os cursos foram ofertados via EaD, através de uma parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), cujo objetivo foi proporcionar qualificação profissional aos servidores públicos que atuavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jaru. Os cursos foram de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão. É importante dizer que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas alteradas para melhor após concluírem os cursos ofertados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses alunos eram matriculados no *Campus* Ariquemes, porém atendidos em Jaru, com um encontro presencial uma vez por semana.

Em 2013, com a finalidade de se expandir as atividades do IFRO no Estado e atender um maior número de pessoas, deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru – UEP Jaru, vinculada ao *Campus* Ji-Paraná, cujo objetivo foi atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo PRONATEC. No entanto, tal demanda não foi atendida.

Ainda em 2013, o *Campus* Zona Norte ofertou os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças. E em parceria com o IFPR ofertou também o Curso Agente Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois, o IFPR cancelou o referido curso por motivos adversos. Então, para que os alunos não ficassem prejudicados, o *Campus* Zona Norte proporcionou a esses alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir de então, intensificou-se a manifestação de interesse por parte de autoridades locais para implantação de uma unidade de ensino definitiva do IFRO em Jaru. Por meio do ofício 138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal de Jaru considera a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializa a intenção da Prefeitura em receber um *Campus*, com os seguintes argumentos:

- a) O Município possui economia expressiva, sendo a 2ª maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.
- b) Há 52.005 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.
- c) O PIB per capita é de R\$ 22.115,38, contra R\$ 15.925,15 da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem o número de habitantes que mais se aproxima de Jaru. Considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem *Campi* do IFRO instalados.
- d) Jaru possui o maior frigorífico do Estado, três laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.
- e) O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, num total que atinge quase 20.000 km<sup>2</sup>.
- f) A Prefeitura se comprometeu em doar um terreno para a construção do *Campus* e em dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade.

Dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram várias reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Culminou que, com a participação da comunidade, de membros do Ministério Público e outras autoridades locais, decidiu-se pela doação de um terreno ao IFRO. Somente após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se a proposta de doação do terreno para a deliberação final dos senhores vereadores. Por fim, a Câmara Municipal de Jaru, através da Lei Municipal nº 1974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a Exposição Agropecuária de Jaru - EXPOAJA.

Assim, no dia 22 de dezembro de 2014 foi realizada uma solenidade para oficializar a entrega do imóvel ao IFRO para a construção de mais uma unidade de ensino – o *Campus* Avançado Jaru, atualmente *Campus* Jaru.

No decorrer de todo esse processo de doação do lote de terra, o IFRO continuou desenvolvendo suas atividades de ensino através do *Campus* Zona Norte devido à grande procura por curso técnicos e tecnológicos profissionalizantes.

Por fim, em 2016, foi autorizada pela Portaria Nº. 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO – o *Campus* Avançado Jaru. Neste mesmo ano, foi dado início à construção da sede do *Campus*, sendo, inicialmente, um bloco com três salas de aula e 2 banheiros. Assim, o Polo de Educação a Distância (com os cursos Técnico em Finanças Subsequente/2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante/2016/2) dá lugar para o *Campus* Avançado Jaru e os cursos citados foram deslocados para as instalações da sede do *Campus*.

Após inúmeras solicitações para mudança de tipologia do *Campus*, finalmente, em setembro de 2017, o Ministério da Educação autorizou a alteração da tipologia do *Campus* Avançado Jaru para *Campus* Jaru, através da Portaria nº. 1053, de 5 de setembro de 2017.

No ano de 2018 o *Campus* Jaru passou a oferecer os seguintes cursos: Técnico em Comércio Concomitante e Subsequente; Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante, Subsequente e Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Concomitante Mediotec e Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Cooperativismo.

### **1.4.3 Dados socioeconômicos da região**

A cidade de Jaru, situada no vale do rio Jaru, surgiu em torno de um posto telegráfico instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas e chefiada pelo então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. No entanto, o vale do Rio Jaru já era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pelos índios Jaru, que tinham essa região sob seu domínio. Ocupavam, então, uma extensa área que se estendia desde o rio Jaru, afluente da margem esquerda do Rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do Rio Madeira. Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do Rio Jaru, inclusive, conservaram este nome em homenagem aos habitantes da época: os Jaru.

A História da criação do município de Jarú começa no dia 11 de outubro de 1977, quando foi criado o Distrito de Jarú pela Lei Federal nº 6.448, subordinado ao município de Ariquemes. Elevado à categoria de município com a denominação de Jarú, pela Lei 6.921 de 16 de junho de 1981 e desmembrado do município de Ariquemes, mas a instalação só foi concretizada em 7 de novembro de 1981.

O Município de Jarú possui uma área de 2.944,128 km<sup>2</sup>, representando 1,2392% da área do Estado e 0,0347% do Brasil. A cidade é distante da Capital do Estado cerca de 290 km e está dividida em três subdistritos: Santa Cruz da Serra, Jarú Uaru e Bom Jesus, além do Distrito de Tarilândia, com mais de dez mil habitantes.

A economia do município de Jarú iniciou com comércio do látex da borracha e da madeira oriundos do desmatamento das terras ocupadas pelos migrantes e incentivados pelo governo federal. Com isso, ao longo da BR 364, em construção para integrar a região norte ao centro-sul do país, foram criados diversos núcleos de apoio rurais (nuares) que concentrava um aglomerado populacional e movimentavam a economia local.

Os migrantes oriundos das diversas regiões do país vinham com a esperança de conquistar uma terra para trabalhar com a agricultura. Devido ao incentivo do governo em povoar a região e incentivo ao desmatamento, houve o estabelecimento de indústrias madeireiras que movimentavam fortemente a economia local com muita produção de postos de trabalho aos moradores de Jarú até meados dos anos 90, quando iniciaram as fiscalizações dos órgãos ambientais sobre as madeireiras, reduzindo, assim, suas atividades. Houve um crescimento também da produção agrícola e pecuária da região e, para atender essa parcela do mercado, se estabeleceram em Jarú diversos empreendimentos comerciais de gêneros alimentícios, como cerealistas, laticínios e mercados.

Atualmente, a Associação Comercial e Industrial de Jarú conta com empresas associadas, as quais contribuem nas diversas áreas da economia, sendo empresas ligadas ao comércio, prestação de serviços, indústrias, supermercados, laticínios, cerealistas, hotelaria etc.

Devido sua vocação para agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviço, o município de Jarú tem necessidade de formar pessoas capazes de gerir esses

sistemas produtivos. É nesse sentido que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Jarú*, que possui limite de atuação circunscrito ao Município de Jarú, atuará ofertando Educação Profissional e Tecnológica para a formação técnica e superior da população do município e região.

## 2 APRESENTAÇÃO

### 2.1 Identificação do curso

Nome: Curso Técnico em Agronegócio

Forma de oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Recursos Naturais

Habilitação: Técnico em Agronegócio

Carga Horária: 1.320 h.

Turno de Funcionamento: Noturno

*Campus* de funcionamento: Jarú.

Regime de Matrícula: A matrícula é realizada semestralmente.

Prazo para integralização do Curso: O prazo mínimo para integralização do curso é de 3 semestres (1,5 anos) e o prazo máximo é 6 semestres (3 anos).

### 2.2 Total de vagas

No primeiro ano de implantação:

**Quadro 1** - Total de vagas no primeiro ano

Turno de funcionamento	Número de turmas	Vagas por turma	Vagas no primeiro ano
Noturno	01	40	40
<b>Total</b>		<b>40</b>	<b>40</b>

Durante o prazo de integralização:

**Quadro 2** - Total de vagas durante a integralização

Ano	Turno de funcionamento	Total por ano
2019/1	Noturno	40
2019/2	Noturno	40
2020/1	Noturno	80
<b>Total</b>		<b>160</b>

### 2.3 Justificativa

O Brasil é terceiro país mais extenso da América do Sul e o quinto em extensão territorial no mundo, com uma área de 851 milhões de hectares. De acordo com a Confederação Nacional de Agricultura – CNA, 39% do território brasileiro é ocupado por lavouras, florestas plantadas, cidades e outros. Neste cenário o setor agropecuário representa um papel de extrema importância para o desenvolvimento do nosso país. Ainda de acordo com a CNA, 23,57% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2016 originou-se do agronegócio. A participação da mão-de-obra no agronegócio representou 32,3% do total brasileiro.

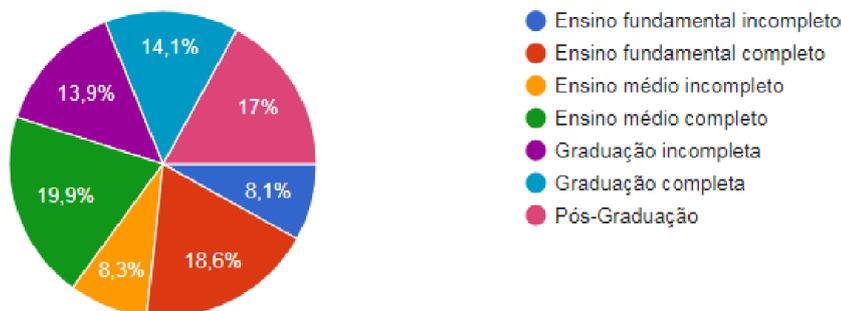
De acordo com os dados preliminares do Censo agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2,63% da área de estabelecimentos agropecuários estão instalados no Estado de Rondônia, sendo 2,71% da área cidade de Jaru, representado por 3.548 estabelecimentos agropecuários, divididos entre produtores e outros estabelecimentos ligados ao setor. Devido à grande participação da agricultura na economia brasileira, destaca-se a participação dos canais de comercialização agrícola, que tem início no momento que o produtor transfere para outro participante do canal, sendo ele comerciante ou não, os resultados de suas produções agropecuárias. Esse repasse pode ser feito através de trocas de produtos por outros ou por valor monetário, podendo ser realizado em um estabelecimento agropecuário, mercado, feiras livres, através de leilões, cooperativas, associações.

Ao analisar os dados referentes a educação, do total dos 3,548 proprietários dos estabelecimentos 76,8% possuem escolaridade entre o ensino primário e ensino médio, demonstrando grande potencial para implantação de um curso técnico voltado para a área de agronegócio.

Para levantar a demanda de novos cursos no *Campus* de Jaru, foi constituída a comissão responsável pela coordenação, elaboração e execução da pesquisa de demanda para novos cursos no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – *Campus* Avançado Jaru, designada conforme Portaria nº 56 de 02 de agosto de 2017. Foram aplicados 517 questionários onde os participantes foram questionados sobre o interesse em realizar cursos no *Campus* Jaru.

Ao analisar a escolaridade obteve-se os seguintes resultados.

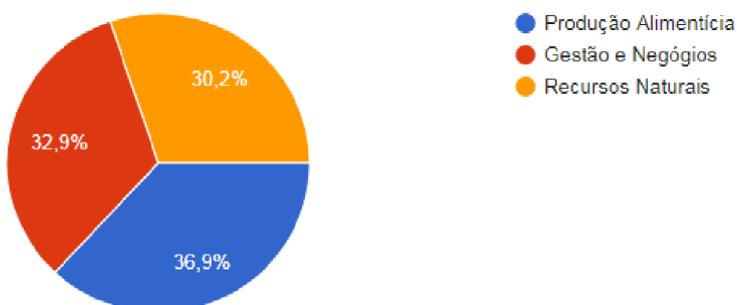
**Figura 1** - Municípios de residência da população da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO *Campus Jaru*”



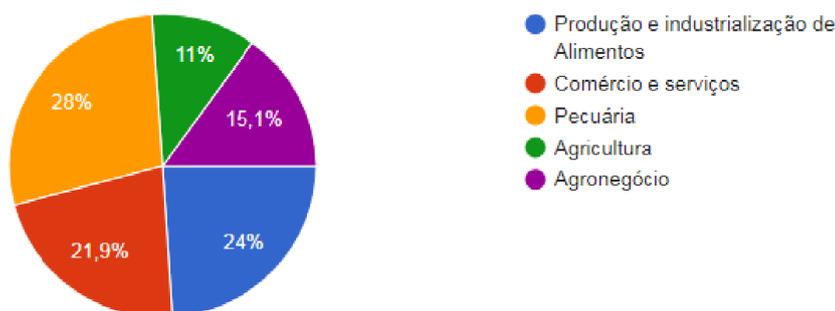
A população participante tem nível de escolaridade diversificado com ligeira predominância dos públicos com ensino médio completo e ensino fundamental completo.

Como a região de Jaru tem vários setores produtivos representados pelos eixos tecnológicos da pesquisa, os eixos tecnológicos do catálogo nacional de cursos técnicos de Produção alimentícia, Gestão de Negócios e Recursos Naturais obtiveram resultados próximos, com ligeira vantagem para produção alimentícia, conforme pode ser observado na Figura 2.

**Figura 2** - Eixos tecnológicos de interesse população da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO *Campus Jaru*”



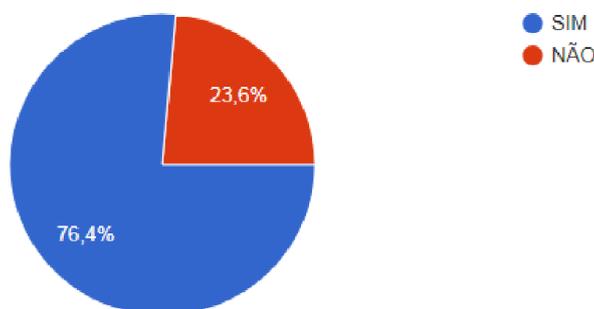
**Figura 3** - Áreas de importância para o desenvolvimento econômico e social de Jaru na pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO *Campus Jaru*”



O município de Jaru está inserido na maior bacia leiteira do estado de Rondônia, razão pela qual a atividade pecuária é tradicional na região e foi, seguida da área de produção e industrialização de alimentos e a área de comércio e serviços respectivamente, a áreas de maior expressividade no resultado a pergunta de que área considera mais importante para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do município.

Quando descrito o perfil do curso Técnico em Agronegócio, curso representativo nas áreas citadas pela população como sendo de maior importância para o desenvolvimento da região, houve grande aceitação do público como pode ser verificado na figura abaixo.

**Figura 4** - Interesse em ingressar no curso Técnico em Agronegócio da pesquisa denominada “2017 - Demanda de novos cursos, IFRO *Campus Jaru*”



De acordo com os dados apresentados na pesquisa, o curso Técnico em Agronegócio tem grande potencial de implantação ao considerar o grau de escolaridade da população jaruense e o potencial econômico da região.

## **2.4 Público-alvo**

Para ingressar no curso Técnico em Agronegócio na modalidade subsequente o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio e ter interesse na área da agropecuária.

### **2.4.1 Forma de ingresso**

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio o ingresso ocorrer da seguinte forma:

O ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo Reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos adotados pelo IFRO (IFRO, 2016, p. 7).

## **2.5 Objetivos**

### **2.5.1 Objetivo geral**

Formar cidadãos profissionais com competências técnicas em Agronegócio, capazes de realizar atividades com caráter gerencial e administrativo voltados para o setor agropecuário, avaliando criticamente os impactos sociais, econômicos e ambientais e atuando de maneira responsável na proposição de inovações na sua área de atuação.

### **2.5.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos do curso Técnico em Agronegócio são:

- Formar técnicos em Agronegócio, com aptidão para atuar como agentes de mudança no setor produtivo, capacitados para desenvolverem ações voltadas ao agronegócio e a agroindústria;
- Disponibilizar ao mercado a prestação de serviços qualificados na área do Agronegócio;



- Possibilitar a utilização de técnicas atuais de gestão e comercialização, visando o aumento da eficiência dos ramos agrícola e das agroindústrias;
- Aprimorar os custos de produção dos produtos e serviços, levando em consideração os aspectos da economia do setor do agronegócio;
- Promover ações de marketing para divulgação e comercialização de produtos agrícolas e seus derivados;
- Impulsionar o desenvolvimento de novas alternativas de negócio para o campo;
- Estruturar a forma de organizar e executar as atividades de gestão do agronegócio;
- Cooperar para o desenvolvimento social e econômico da região.

## 2.6 Perfil profissional do egresso

O profissional formado como Técnico em Agronegócio é capaz de atuar de forma inovadora e autônoma, acompanhando a evolução da profissão. Deve agir com ética na sua profissão, apresentando iniciativas empreendedoras, responsabilidade social, buscando atuar de forma sustentável, a fim de garantir a segurança alimentar, a conservação do meio ambiente, a geração de fontes de renda, exercendo as atividades em todas as áreas de cadeia produtiva.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – 3º Edição/2014, do Ministério da Educação (MEC), o profissional Técnico em Agronegócio:

Promove a gestão do negócio agrícola. Coordena operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados. Coordena as interrelações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas. Planeja, organiza, dirige e controla as atividades de gestão do negócio rural. Promove ações integradas de gestão agrícola e de comercialização. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Executa ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas. Programa ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços. Capta e aplica linhas de crédito compatíveis com a produção. Implanta e gerencia o turismo rural. (CNCT, 2014, p. 228).

### 2.6.1 Áreas de atuação

O profissional atua em empresas agropecuárias, cooperativas, associações, órgãos governamentais e não governamentais destinados à implantação, manejo e desenvolvimento do agronegócio. Pode ainda prestar consultorias e assistência

técnica na área de agronegócio, atuar em instituições de ensino, pesquisa e extensão na área de agronegócio, empresas de comercialização de insumos e produtos agropecuários e empresas de distribuição de produtos do agronegócio.

### **3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR**

#### **3.1 Concepção metodológica**

O curso de Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio será desenvolvido a partir de um trabalho didático-pedagógico interdisciplinar, resultante de reuniões de avaliação e planejamento conjunto do processo de ensino a ser adotado a cada semestre de integralização pelos membros do Colegiado do curso.

Prioriza uma metodologia, de modo que garanta uma estreita e concomitante relação entre a teoria e a prática, sem predomínio de uma sobre a outra e, ambas, fornecendo elementos fundamentais para a aquisição dos conhecimentos e habilidades necessárias ao futuro profissional. O enfoque principal será de incutir ao aluno a verdadeira importância da educação permanente, e exercitar as rotinas da prática profissional para atingir a verdadeira aprendizagem, sendo os professores facilitadores na busca do saber.

Rotineiramente, fora do *Campus*, os estudantes podem ser levados a conhecer as atividades práticas onde possivelmente atuarão após a conclusão do curso, seja em ambiente urbano, rural ou natural. O estudante deve vivenciar a realidade dentro de um processo pedagógico onde toda a atividade profissional humana se desenvolva em parcerias com grupos sociais no contexto da sociedade em que se integram cidadãos, ou seja: Ensino e Pesquisa articulados com as demandas sociais (Extensão).

A estratégia a ser adotada pelos docentes se compõe em fornecer conteúdos teóricos em sala de aula e de atividades práticas desenvolvidas no laboratório de informática, aulas a campo e visitas técnicas. Como produto das reuniões do colegiado, o corpo docente sempre estará discutindo os aspectos pedagógicos pertinentes, buscando mecanismos para a implantação de melhorias na qualidade do ensino, sempre atento a interdisciplinaridade e atualização constante.

A concepção pedagógica adotada está alicerçada no contínuo aprender,

balizado em quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

O *Campus Jaru* está em fase de expansão e toda sua estrutura está sendo feita de forma a dar condições de acesso aos estudantes, garantindo a acessibilidade física para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O IFRO possui em sua estrutura organizacional núcleos e setores que atendem prioritariamente as demandas específicas dos discentes voltadas para o apoio extraclasse, psicopedagógico, de acessibilidade atitudinal e pedagógica.

Nas formações pedagógicas a acessibilidade atitudinal e pedagógica serão temas de estudo, de forma que os docentes repensem a forma como concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, objetivando a remoção das barreiras pedagógicas, de forma a promoverem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Diante do exposto, a proposta do curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio privilegia a formação integral do estudante, pois este projeto busca estimular a adoção de práticas pedagógicas integradoras.

### **3.1.1 Estratégias de ensino previstas para o curso**

Para o alcance das perspectivas de aprendizagem, os docentes do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio do IFRO deverão utilizar estratégias de ensino que permitam uma conexão de saberes, destacando:

- Aulas expositivas dialogadas

A estratégia de ensino “aula expositiva dialogada” pode ser descrita como uma exposição de conceitos, com a participação ativa dos alunos, onde o conhecimento prévio é extremamente importante, devendo ser considerado este o ponto de partida. O professor leva os alunos a questionarem, discutirem,

interpretarem o objeto de estudo apresentado por ele, reconhecendo e contextualizando situações da realidade do discente.

- Aulas experimentais

As aulas experimentais são uma forma de promover o conhecimento científico, buscando a união da teoria e da prática, de forma a não isolar as dimensões deste conhecimento, tornando a aprendizagem mais interessante e fácil aos estudantes. Como caráter pedagógico, articulando concepções sociológicas e ideológicas, com o intuito de verificar/comprovar leis e teorias científicas, ensinar o método científico, facilitar a aprendizagem e compreensão de conceitos e, ensinar habilidades práticas.

- Aulas de campo

A aula de campo é uma ferramenta didática que aproxima a teoria da realidade, vincula a leitura e a observação, situações e ações que, associadas à problematização e à contextualização encaminhadas pelo docente, ampliam a construção do conhecimento pelo discente. Essas possibilidades permitem ao discente experimentar e desenvolver outras inteligências que nem sempre são contempladas e incentivadas na sala de aula.

- Visita técnica

A visita técnica como proposta pedagógica tem importância em função de seu papel investigativo. A visita técnica com o fim pedagógico proporciona unir o aprendizado ao lúdico. Com isso os alunos vão conhecer novos lugares, conhecer novas culturas, aceitar as diferenças do próprio grupo e do lugar visitado, ter responsabilidades, flexibilidade, lidar com possíveis situações inusitadas, divertirem-se, fatores os quais vão prepará-los para a vida profissional.

- Metodologia de projetos

A metodologia do projeto pode ser entendida como um método de trabalho que se define e configura em função da resolução de problemas, caracterizada como uma ação decidida, planejada e implementada por um grupo de discentes organizado. Esta estratégia de ensino compreende também em função dos modelos e das razões que justificam a emergência desse problema como motivo do investimento dos alunos e, neste sentido, como uma oportunidade educativa singular.

- Aprendizagens através de situações-problemas

A aprendizagem através da resolução de problemas estimula o discente a confrontar-se com desafios que se relacionam com seu cotidiano, desenvolvendo e exercitando o pensamento crítico, o diálogo e a busca de um consenso em situações de conturbação, ou seja, contribui para que os alunos aprendam a compartilhar saberes e acessar informações, contextualizando-as aos conhecimentos que possuem e relacionando-as com os desafios de seu viver cotidiano.

- Estudo de caso

Os “estudos de caso” podem se constituir como uma estratégia que ajudaria o aluno não apenas a resolver desafios educacionais, mas a assumir formas de procedimento na vida pessoal e no mundo do trabalho. É um método de investigação que privilegia estudo, análise e compreensão de situações, muitas das quais envolvendo atividades extraclasse.

- Ensino com pesquisa

O ensino com pesquisa é considerado um método de ensino construtivista, onde o aluno é o sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, e o professor age como um agente facilitador no processo, é a utilização dos princípios do ensino associados aos da pesquisa. Esta estratégia orienta os discentes a buscar e gerar seus próprios conhecimentos. Mostrando-se adequada para se trabalhar o diálogo construtivo entre a comunidade e a escola, tendo como ponto principal a formação integral do educando, formando cidadãos que respeite as diferenças culturais e de cada indivíduo, que valorize o saber tradicional, cultural e científico da população.

Estas metodologias citadas acima acompanhadas por outras estratégias de ensino estão fundamentadas em um novo paradigma buscando novos caminhos de reconstrução dos processos educativos no curso, pois há uma grande necessidade de contextualizar e religar os saberes.

### **3.1.2 Transversalidade no currículo**

O principal objetivo ao trabalhar os temas transversais é aproximar a escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do discente. Dessa maneira, os alunos terão uma aprendizagem significativa e serão vistos com sujeitos históricos.

Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento, sendo eles: Educação ambiental (Lei 9.795/1999), Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997), Educação alimentar e nutricional, Saúde e Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009).

Dentro das ações de ensino/pesquisa/extensão serão desenvolvidas atividades que contemplem temáticas voltadas para a transversalidade do currículo. Assim, a Semana de Educação para a Vida, a Semana da Consciência Negra, Semana de Ciência e Tecnologia, Feira de Empreendedorismo e a Semana Nacional do Meio Ambiente são alternativas para o englobamento desses temas, já que os mesmos não são contemplados nos ementários do curso.

Ao trabalhar essas temáticas será possibilitado ao aluno o desenvolvimento de algumas habilidades como: o raciocínio lógico, capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, redação de documentos técnicos, atenção às normas técnicas e de segurança, capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora e integração com o mundo de trabalho.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

### **3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico**

O acompanhamento pedagógico é uma estratégia importante de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, tanto é assim que foi contemplado nas políticas educacionais brasileiras, tendo como objetivo, atenuar a realidade de fracasso escolar, orientar a aprendizagem dos alunos de acordo com suas necessidades.

O curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio, *Campus Jaru* se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pedagógico-administrativo.

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e

competências a serem desenvolvidas nos alunos e está pautada no diálogo. Conforme disposto no Regimento Interno do *Campus Jaru*, é de responsabilidade da Diretoria de ensino, por meio do Departamento de apoio ao ensino o acompanhamento pedagógico e o mesmo se dará por meio de ações como:

- fomentar a realização de projetos e programas integrados de ensino, extensão e pesquisa, inovação e pós-graduação, em consonância com as políticas institucionais;
- acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, fazendo as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico, responsáveis por alunos e demais membros da comunidade que requeiram serviços do *Campus* no âmbito do ensino;
- avaliar continuamente os processos de ensino e a aprendizagem no *Campus*, com levantamento de indicadores acadêmicos para intervenções pedagógicas necessárias;
- supervisionar as atividades não presenciais ou semipresenciais realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nos cursos presenciais;
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por curso, disciplina e turma, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO;

#### **3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular**

Evidencia-se a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização do curso ora proposto, considerando a heterogeneidade na formação dos alunos. O Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio deve ser conduzido por diretrizes curriculares que abandonem as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos, afastando-se da característica burocrática e engessada do ensino.

Os princípios da flexibilização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem permear todo o processo pedagógico do curso. Portanto, a flexibilização curricular rompe com a forma de ensino tradicional, com enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização de conteúdos e propõe nova visão de formação profissional, atribuindo nova relação com o conhecimento na perspectiva da ação – reflexão – ação e uma nova visão de ensino – aprender a aprender.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFRO apresenta inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, dentre elas as aplicáveis ao Curso Técnico em Agronegócio são:

- Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso;
- Desenvolvimento de atividades complementares, nomeadas também Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, que são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, realizadas dentro ou fora da instituição, que se integram e contribuem na formação do estudante por estarem relacionadas ao perfil e área de formação;
- Desenvolvimento de atividades não presenciais, com o emprego das tecnologias, inclusive em Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos limites estabelecidos na legislação;
- Participação dos estudantes em programas de mobilidade estudantil.

A flexibilização insere-se enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da instituição, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

### **3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais**

A carga horária em atividades não presenciais se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade, não podendo

exceder 20% de sua carga horária total. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como a única forma de aplicação das atividades não presenciais previstas no curso. Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA será utilizado no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.
- c) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- d) Atividade off-line: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- e) Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- f) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, ficando a critério do professor a descrição dos conteúdos a serem utilizados nas atividades não presenciais. O plano de atividades não presenciais deve ser postado no ambiente virtual para orientação dos discentes e as atividades e conteúdos registrados no diário de classe. As atividades não presenciais devem ser postadas juntamente com o plano de atividades.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades não presenciais e a coordenação de curso pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares.

### **3.1.5.1 Atividades de tutoria**

No *Campus Jaru*, a tutoria, em todas as modalidades de cursos, será realizada integralmente pelos próprios professores das disciplinas que ministram.

Para que a tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de ensino e aprendizagem.

### **3.1.6 Outras atividades previstas para o curso**

A realização de outras atividades relacionadas ao curso é prevista, a fim de aprimorar a formação básica, profissional e cidadã dos discentes de forma que o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma mais significativa. Conforme Previsto no Regulamento da Organização Acadêmica dos cursos técnicos no decorrer do curso serão trabalhadas as seguintes atividades:

- **Atividade de Extensão:** a extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, deve promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade, que pode ser computada como aula quando envolve a turma, mediante aprovação da Diretoria de Ensino. Na extensão poderão ser trabalhadas as visitas técnicas, feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais, entre outros, voltados à área de formação.
- **Atividade de Pesquisa Científica:** atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica, e que não pode ser

computada como aula, exceto quando a aula for planejada como esta atividade no âmbito de disciplina específica, como nos casos de observação das práticas de campo e nas experimentações laboratoriais;

- Atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem: ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, envolvendo fórum, tarefa, chat, glossário, questionário, wiki, entre outros.
- Prática Profissional: compreende a vivência de diferentes situações que articulem aprendizagem e trabalho destinadas à ampliação do universo de formação dos estudantes, com carga horária própria a ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a duração do respectivo curso técnico de nível médio, e que pode ocorrer sob a forma de estágio obrigatório ou não obrigatório, ou atividades equiparadas.

### **3.2 Estrutura curricular**

O Curso Técnico em Agronegócio a ser ofertado tem seu currículo estruturado no regime semestral, sendo constituído por 3 (três) semestres e organizado em Núcleo Profissionalizante e Núcleo Complementar. No Núcleo Profissionalizante são oferecidas as disciplinas voltadas para formação geral e no Núcleo Complementar as Práticas Profissionais Supervisionadas, podendo ser divididas em: Estágio, Atividades Equiparadas, Aproveitamento de atividades profissionais e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conforme orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é estipulado uma carga horária de 1.200 horas para o curso Técnico em Agronegócio.

As aulas serão distribuídas em 100 dias letivos semestrais de acordo com o Calendário Acadêmico do *Campus*.

A organização curricular foi estruturada com disciplinas articuladas, respeitando uma sequência lógico-formativa e buscando atender os objetivos do perfil profissional elencados no CNCT.

Para possibilitar a formação do perfil profissional desejado são elencadas as seguintes disciplinas de acordo com os objetivos do curso:



- Promover a gestão do negócio agrícola (Introdução ao Agronegócio; Maquinários e Tecnologias Agropecuárias; Fertilização e Conservação do Solo; Contabilidade Rural);
- Coordenar operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados (Logística para o Agronegócio; Sistemas Agroindustriais);
- Coordenar as interrelações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas (Cadeias Produtivas da Agricultura; Cadeias Produtivas da Pecuária);
- Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de gestão do negócio rural (Administração Rural I; Administração Rural II);
- Promover ações integradas de gestão agrícola e de comercialização. (Fundamentos de Comercialização; Políticas Públicas para o Agronegócio);
- Idealizar ações de marketing aplicadas ao agronegócio (Fundamentos de Marketing);
- Executar ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas (Associativismo e Cooperativismo);
- Programar ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade (Direito Agrário e Ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental no Agronegócio; Extensão Rural e Agricultura Familiar);
- Avaliar custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços (Custos e Formação de Preços; Planejamento e Gestão de Projeto Agropecuários; Matemática Financeira para o Agronegócio);
- Captar e aplicar linhas de crédito compatíveis com a produção (Crédito Rural);
- Implantar e gerenciar o turismo rural (Turismo Rural).

### 3.2.1 Matriz curricular

**Quadro 3** - Matriz curricular das disciplinas obrigatórias do curso de Agronegócio do IFRO, *Campus Jaru*.

<b>CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO – CAMPUS JARU</b>						
<b>Matriz aprovada pela Resolução nº 05/CEPEX/IFRO/2019</b>						
LDB 9.394/96, art. 24; Resoluções 2 e 6/2012 do Conselho Nacional de Educação						
Carga horária do curso dimensionada para 20 semanas e 100 dias letivos no semestre						
Duração da Aula: 50 minutos						
Componentes Curriculares		AULAS POR SEMANA			C.H.	
		1º	2º	3º	Horas-Aula	Horas-Relógio
PRIMEIRO SEMESTRE	Português instrumental	2			40	33,3
	Introdução ao agronegócio	3			60	50,0
	Orientação para a prática profissional e pesquisa	2			40	33,3
	Ética profissional e cidadania	2			40	33,3
	Maquinários e tecnologias agropecuárias	2			40	33,3
	Informática aplicada ao agronegócio	2			40	33,3
	Matemática básica	2			40	33,3
	Extensão rural e agricultura familiar	3			60	50,0
	Administração rural I	3			60	50,0
	Cadeias produtivas da agricultura	3			60	50,0
Total de aulas por semana		24				
SEGUNDO SEMESTRE	Contabilidade rural		3		60	50,0
	Matemática financeira para o agronegócio		2		40	33,3
	Direito agrário e ambiental		2		40	33,3
	Administração rural II		2		40	33,3
	Logística para o agronegócio		3		60	50,0
	Fundamentos de comercialização		2		40	33,3
	Fertilização e conservação do solo		2		40	33,3
	Fundamentos de marketing		3		60	50,0
	Associativismo e cooperativismo		2		40	33,3
	Cadeias produtivas da pecuária		3		60	50,0
Total de aulas por semana			24			
TERCEIRO SEMESTRE	Responsabilidade social e ambiental no agronegócio			2	40	33,3
	Custos e formação de preços			3	60	50,0
	Turismo rural			2	40	33,3
	Políticas públicas para o agronegócio			2	40	33,3
	Sistemas agroindustriais			3	60	50,0
	Planejamento e gestão de projetos agropecuários			3	60	50,0
	Empreendedorismo			3	60	50,0
	Crédito rural			2	40	33,3
	Higiene e segurança do trabalho			2	40	33,3
	Qualidade e segurança alimentar			2	40	33,3
Total de aulas por semana				24		
N.C	Prática Profissional Supervisionada				144	120
Total de Disciplinas por semestre		10	10	10		
Total Geral de aulas por semana		24	24	24		
Carga Horária semestral (Hora-Aula)		480	480	480		
Carga Horária Anual (Hora-Relógio)		400	400	400		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>					<b>1584</b>	<b>1320</b>

### **3.3 Avaliação**

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

#### **3.3.1 Avaliação do processo de ensino aprendizagem**

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno, podendo a critério dos docentes serem realizadas por grupo de disciplinas, diminuindo o número de avaliações no bimestre.

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os [...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96, artigo 24, inciso V, alínea a.

Avaliação da aprendizagem será de acordo com o que está estabelecido na legislação vigente do IFRO.

O aluno será avaliado sempre de forma diversa e múltipla, aplicando-se o mínimo de dois instrumentos presenciais, ou estratégias diferentes entre si por componente curricular e por bimestre, sendo que em nenhum deles pode ultrapassar 60% da nota. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação também será de acordo com a legislação vigente.

Com intuito de estimular a efetividade e o sucesso acadêmico dos alunos, foram estabelecidas algumas estratégias especiais de recuperação dos alunos, dentre as quais as seguintes:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao Exame Final, após discussões em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento/Coordenação de Assistência ao Educando em conjunto com a equipe da diretoria de ensino do *Campus*;
- d) Adotar a progressão parcial, nos termos do Regulamento do IFRO dos Cursos Técnicos de Nível Médio, quando houver professores disponíveis para atender o aluno em disciplinas de oferta especial. Outras ações devem ser implementadas, conforme as necessidades e trabalho conjunto da equipe de professores e assessorias. Não será adotado pelo *Campus* o sistema de dependência para cursar a disciplina em horário oposto ao das aulas regulares.

Visando contemplar as diferenças, o curso valorizará os saberes desenvolvidos pelos estudantes, contemplando estratégias de inclusão, tanto das dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais, como àqueles que apresentam altas habilidades/superdotação, as mesmas serão definidas pelo Colegiado do Curso com apoio do NAPNE, assim que forem identificadas.

### **3.3.2 Avaliação do curso**

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é realizada anualmente, a partir da aplicação de instrumentos avaliativos, organizados com base nas dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A Resolução 6/2012 (Diretrizes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio), do Conselho Nacional de Educação, enfatiza a necessidade de realizar a avaliação dos cursos e garante a divulgação dos resultados.

A estruturação avaliativa do curso compreende o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

A CPA encaminha os resultados da avaliação do curso para a coordenação do mesmo, para que a referida coordenação possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico, visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso será realizada após a integralização da primeira turma.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

### **3.4 Prática profissional**

#### **3.4.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo**

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deve explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, não podendo ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. A correlação entre teoria e prática que propõe a PPI é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente importante, dado a importância do profissional técnico em Agronegócio.

Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. A prática, nesta proposta, será desenvolvida nas disciplinas específicas e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Uma possibilidade metodológica de realizar a PPI é através da atividade de extensão, tais como, feira, mostra, projetos culturais e sociais, oficina, encontros, palestras, cursos de extensão, entre outras, que desenvolvam algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado dentro do curso.

A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica, criando desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas e propostas de atuação. O eixo norteador da Prática Profissional Intrínseca é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades na área de Agronegócio.

#### **3.4.2 Prática Profissional Supervisionada - estágio e/ou atividade equiparada**

Conforme documentos institucionais do IFRO, poderão ser realizadas diversas formas de práticas profissionais, tais como: estágio obrigatório, aproveitamento de atividades profissionais, equiparação de atividades como estágio (atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação

científica). Serão aceitas todas as formas de Aproveitamento de Atividades Profissionais e de Equiparação de Atividades como estágio obrigatório previstos no Regulamento de Estágio do IFRO, desde que relacionadas diretamente com as disciplinas do núcleo específico do curso e a carga horária equivalente ao estágio obrigatório do curso. A carga horária específica de tal prática será acrescida à carga horária total do conjunto dos demais componentes curriculares, nos documentos de conclusão do curso.

### **3.4.2.1 Prática Profissional Supervisionada - Estágio**

O estágio supervisionado justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, “[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]” e ainda prevê, dentre outras ações, a assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio, avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios.

O Estágio deve ser iniciado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A apresentação de Relatório de Estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga-horária.

As instituições parceiras, sendo elas públicas ou particulares poderão oferecer estágio, desde que se enquadrem nas normativas do Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. O número de empresas na cidade de Jaru-RO que poderão oferecer estágio para os alunos do curso Técnico em Agronegócio é amplo, onde podemos citar as empresas: ITALAC Alimentos; SUPREMAX Nutrição Animal; FRIGON Frigorífico Irmãos Gonçalves; Prefeitura Municipal de Jaru; EMATER; IDARON; Laticínio Tradição, Cooperativas, entre outras.

Ademais, todas as instruções e formas de realização do estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação vigente no IFRO.

#### **3.4.2.2 Prática Profissional Supervisionada – TCC**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em atividades que promovem a criação, o desenvolvimento e a integração de competências previstas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um processo de sistematização do conhecimento a ser desenvolvido pelos estudantes e orientado por um professor do curso. Todas as instruções para a realização do TCC estão descritas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso vigente no Instituto Federal de Rondônia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a sua natureza, poderá ser apresentado na modalidade artigo científico ou tecnológico, sendo aceitos trabalhos do tipo pesquisa de campo, experimental, estudo de caso ou outra prática semelhante. O aluno apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema, criação/inação/adequação de método ou invento/protótipo na área de sua formação. O TCC deve ser entregue, devidamente aprovado pelo professor orientador, sendo o requisito para a aprovação a nota igual ou superior a 60 pontos, sem necessidade de apresentação em banca.

A Coordenação do Curso deverá orientar os alunos sobre os trâmites legais no processo de realização do TCC, de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do IFRO.

O TCC deve ser iniciado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A aprovação na Prática Profissional é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

Questões omissas nos Regulamentos do IFRO e deste Projeto Pedagógico, relacionadas às condições de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

### **3.4.2.3 Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais**

A equiparação de atividades como estágio obrigatório está prevista no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. O estudante que desenvolver atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, poderá solicitar a equiparação da atividade como estágio obrigatório, desde que seja compatível às ações desenvolvidas nos objetivos da formação do curso e as especificidades do perfil do egresso.

A equiparação de atividades como estágio obrigatório deverá ser solicitada pelo estudante, via requerimento, na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC do *Campus*, com apresentação de documentos, constantes no regulamento citado.

A Coordenação de integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC encaminhará o requerimento de equiparação de atividades à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer. A equiparação poderá ser validada parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Para validar a equiparação, o estudante deverá apresentar o relatório final de estágio contemplando todas as atividades de extensão, monitoria ou iniciação científica e tecnológica realizada.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final de estágio.

O estudante que exercer atividade profissional correlata ao curso de Agronegócio na condição de empregado, empresário ou autônomo, poderá solicitar, no momento em que se exige o cumprimento do Estágio Obrigatório no respectivo curso e respeitando a legislação vigente, o aproveitamento das atividades profissionais como Estágio Obrigatório, conforme previsto no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO, desde que apresente os documentos mencionados no referido regulamento.

Para solicitar o aproveitamento das atividades profissionais, o estudante deverá protocolar requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – CIEEC.

A Coordenação de integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC encaminhará o requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer, a ser emitido em até 10 dias.

O aproveitamento das atividades poderá ser validado parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Em todas as situações a que se refere o caput deste artigo, o estudante deverá apresentar o relato das atividades desenvolvidas no formato de Relatório final de Estágio.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final do estágio.

### **3.5 Atividades complementares**

As Atividades Acadêmicas Complementares, também denominadas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, possuem a finalidade de oportunizar o enriquecimento científico e cultural dos alunos, ao longo de todo o curso em que estudam, conforme o surgimento ou a criação de oportunidades de formação em tempos e/ou espaços distintos dos regulares. Estas atividades estão compreendidas nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, sendo elas:

- a) eventos científicos, mostras culturais, seminários, fóruns, debates, cursos de curta duração e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) programas de iniciação científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) atividades de extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos vários;
- e) palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à



cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;

f) visitas técnicas — também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação;

As atividades complementares não são obrigatórias nos cursos técnicos, não sendo requisito para conclusão do curso Técnico em Agronegócio.

### **3. 7 Inclusão e apoio ao discente**

#### **3.7.1 A inclusão educacional**

O IFRO *Campus* Jaru não faz distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais, pois a educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos, como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Os alunos que se enquadrarem nos diferentes grupos de pessoas excluídas e marginalizadas para a sua permanência no curso, contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), sendo elas as contempladas pelo Decreto nº 7.611/11, cujas necessidades educacionais se originam em função de: Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade; Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Com a expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFRO, *Campus Jaru*, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (de acordo com o Art. 205, 206 e 208 da CF/88; NBR 9050/2004 da ABNT; Lei nº 10.098/2000; Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social.

Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades específicas". Para tanto, algumas ações serão desenvolvidas:

- orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- acompanhamento do acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o Transtorno Espectro Autista, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;
- atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com Transtorno Espectro Autista.



A Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, trata das formas de acesso nas Instituições Federais e define o percentual de vagas para os ingressantes nos cursos de graduação, onde no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas são destinadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, regulamentando as divisões de cotas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO 2018-2022), versa sobre a tecnologia assistiva, descrevendo que se tratara de: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Algumas tecnologias assistivas que poderão ser trabalhadas no atendimento aos alunos que delas necessitarem são: materiais escolares e pedagógicos acessíveis, comunicação alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para mobilidade, localização, a sinalização e o mobiliário que atenda às necessidades posturais.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2018-2022), algumas ações podem ser desenvolvidas como estímulo à permanência e êxito do educando, podemos citar: cursos de nivelamento, aulas de recuperação paralela; reforço escolar; auxílio financeiro para alunos em vulnerabilidade socioeconômica; atendimento educacional especializado; atendimento biopsicossocial; serviço de orientação educacional, encaminhamento ao mercado de trabalho por meio da integração escola-empresa-comunidade; encaminhamento médico e odontológico; atividades esportivas e culturais; fortalecimento dos NAPNEs; projetos de pesquisa e extensão; e acesso aos laboratórios e bibliotecas equipadas com recursos multimídias, entre outras.

### **3.7.2 O apoio ao Discente**

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022) relaciona os principais programas de assistência pedagógica, sendo eles: programas de assistência estudantil, plano de diagnóstico e nivelamento, mobilidade acadêmica, monitoria, dentre outros que

não se aplica para o Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio.

O aluno conta ainda com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela e com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da Instituição de Ensino.

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento diário por parte da equipe pedagógica do *Campus*, composta, atualmente, Assistente de Alunos, Assistente Social e Intérprete de Libras, que dá suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos alunos.

A equipe multidisciplinar composta no *Campus*, para atuação, se baseia na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018 que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos:

- a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- d. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros.

A Diretoria de Ensino está a disposição também para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônicas de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo.

Ainda poderão ser desenvolvidas outras ações como: atendimento educacional especializado, atendimento biopsicossocial, encaminhamento médico e

odontológico, atividades esportivas e culturais, projeto de fortalecimento dos NAPNEs, entre outras.

### **3.8 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem**

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, sala de coordenações. O *Campus Jaru* disponibiliza um laboratório de informática equipado com 40 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitem o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

#### **3.8.1 Multimeios Didáticos**

As aulas com *Slides* por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

#### **3.8.2 Recursos de Informática**

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) a internet como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia on-line, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) a comunicação por e-mail, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de *slides* e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes na instituição para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidas, quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, *slides* ou *blogs*;

d) jogos e simulações propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

### **3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem**

O Instituto Federal de Rondônia dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE).

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é um ambiente desenvolvido para garantir a interação entre os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, neste caso, alunos, professores, tutores e equipe pedagógica de acompanhamento. Em sua maioria, são softwares que estão disponibilizados na

internet e possuem um conjunto de ferramentas para criar e gerir as atividades que normalmente seriam executadas de forma presencial.

O objetivo que envolve o AVA é, além de permitir o uso de diversos conteúdos multimídias, possibilitar a interatividade e interação entre alunos, professores, tutores e grupos, viabilizando a produção de conhecimento. Digitalizadas, as informações podem chegar a diversos lugares e a diversos dispositivos (computador, tablet, celular etc.) de forma rápida, segura e organizada. Isso faz as pessoas produzirem e transmitirem saberes, disponibilizando-os na internet com um *click*.

### **3.9 Acompanhamento do egresso**

O Acompanhamento do egresso do Curso Técnico em Agronegócio se dará conforme regulamentado na Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, sendo constituídas de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Serão realizadas pesquisas sobre inserção profissional e empregabilidade; levantamento de informações acerca do ensino ofertado pelo IFRO e sua adequação à realidade do mercado de trabalho e área de formação; pesquisa sobre inserção social enquanto atuação cidadã e formação humanística promovida pelo IFRO; promoção de encontros anuais, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas ao contato, atualização e envolvimento dos egressos; manutenção do vínculo com os egressos, por meio de produtos, serviços e ofertas de vagas em cursos, a fim de promover práticas contínuas e coletivas de benefício mútuo; fomento a atividades de integração entre egressos e alunos em formação, visando à troca de informações e experiências; atualização cadastral dos egressos; criação de banco de currículos de egressos; organização de cadastro de instituições e empresas que atuam nas áreas afins à formação dos egressos do IFRO; divulgação de oportunidades de atualização profissional, concursos, trabalho e emprego.

### **3.10 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

A integração entre ensino, pesquisa e extensão visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o fazer pedagógico irá integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade.

É essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. Para isso, projetos de pesquisa e extensão serão fomentados pela Instituição, com disponibilidade de bolsas de pesquisa e extensão para discentes e apoio institucional aos docentes. Ainda, os professores deste curso poderão desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que são financiados por órgão de fomento externo.

A aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

#### **3.10.1 Integração com rede pública e empresas**

O IFRO - *Campus Jaru* propõe-se buscar e manter parcerias com entidades, instituições públicas, privadas e associações de classe, vislumbrando a cooperação nos âmbitos científico, técnico, tecnológico e pedagógico, além da ampliação e diversidade dos cenários de aprendizagem para os alunos do Curso de Agronegócio.

### **3.11 Certificação**

#### **3.11.1 Certificação de Conclusão de Curso**

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Agronegócio, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho

Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO. -

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas, incluindo a Prática Profissional, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

### 3.11.2 Certificação Intermediária

O catálogo Nacional de Cursos Técnicos não abre a possibilidade de certificação intermediária para o Curso de Agronegócio.

## 4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

### 4.1 Requisitos de formação

Os requisitos mínimos de formação dos professores que atuarão no curso Técnico em Agronegócio estão apresentados no Quadro 4, de acordo com as disciplinas que compõem a matriz curricular.

**Quadro 4** - Requisitos de formação por disciplina

Nº	Disciplina	Formação mínima prevista
1	Português Instrumental	Graduação em Letras/Língua Portuguesa
2	Introdução ao Agronegócio	Graduação em Administração, Agronomia ou Zootecnia
3	Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa	Graduação em qualquer área de formação
4	Ética Profissional e Cidadania	Graduação em Sociologia ou Filosofia
5	Maquinários e Tecnologias Agropecuárias	Graduação em Zootecnia ou Agronomia
6	Informática Aplicada ao Agronegócio	Graduação em Informática, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação ou Análise de Desenvolvimento de Sistemas



7	Matemática Básica	Graduação em matemática.
8	Associativismo e Cooperativismo	Graduação em Direito, Administração.
9	Matemática Financeira para o Agronegócio	Graduação em Matemática
10	Extensão Rural e Agricultura Familiar	Graduação em Agronomia, Zootecnia ou Administração
11	Administração Rural I	Graduação em Administração
12	Contabilidade Rural	Graduação em Ciências Contábeis
13	Direito Agrário e Ambiental	Graduação em Direito, Administração, Agronomia ou Zootecnia.
14	Administração Rural II	Graduação em Administração
15	Qualidade e Segurança Alimentar	Graduação em Engenharia de Alimentos, Tecnólogo em Alimentos ou Medicina Veterinária
16	Empreendedorismo	Graduação em Administração
17	Fundamentos de Comercialização	Graduação em Administração
18	Turismo Rural	Graduação em Administração ou Geografia
19	Fertilização e Conservação do Solo	Graduação em Agronomia ou Zootecnia
20	Crédito Rural	Graduação em Agronomia ou Administração
21	Cadeias Produtivas da Agricultura	Graduação em Agronomia, Administração ou Zootecnia.



22	Responsabilidade Social e Ambiental no Agronegócio	Graduação em Gestão Ambiental, Zootecnia ou Administração, Agronomia ou Zootecnia.
23	Custos e Formação de Preços	Graduação em Ciências Contábeis ou Administração
24	Fundamentos de Marketing	Graduação em Administração
25	Políticas Públicas para o Agronegócio	Graduação em Administração, Agronomia ou Direito
26	Sistemas Agroindustriais	Graduação em Agronomia, Zootecnia ou Administração
27	Planejamento e Gestão de Projetos Agropecuários	Graduação em Agronomia, Zootecnia ou Administração
28	Logística para o Agronegócio	Graduação em Administração
29	Cadeias Produtivas da Pecuária	Graduação em Agronomia, Zootecnia ou Administração
30	Higiene e Segurança do Trabalho	Graduação em Qualquer Engenharia e Especialização em Segurança do Trabalho

#### 4.2 Docentes para o curso

O corpo docente que atuará no curso, até a data final de construção deste PPC (25 de setembro de 2018), é composto por 12 (doze) professores efetivos com regime de trabalho de dedicação exclusiva, conforme quadro seguinte.

**Quadro 5** - Regime de trabalho e *link* para Lattes do corpo docente

Nº	Nome	RT/CH	Link Lattes
01	Aldison Diego Fonseca Dias	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4853336P6">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4853336P6</a>



02	Ana Paula Alves Gonçalves	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4366255Y7">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4366255Y7</a>
03	Carla Werle	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4445627J3">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4445627J3</a>
04	Cleonete Martins de Aguiar	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4255454U9">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4255454U9</a>
05	Emi Silva de Oliveira	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4469427T9">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4469427T9</a>
06	Érica Cayres Rodrigues	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4337890T5">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4337890T5</a>
07	Eslei Justiniano dos Reis	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4360087Y0">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4360087Y0</a>
08	Faelen Taís Kolln	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4203194E0">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4203194E0</a>
09	Felipe Matheus Teles de Vasconcelos	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4592208Y1">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4592208Y1</a>
10	Marcelo Moysés Corilaço	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4464328J7">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4464328J7</a>
11	Marília Assis dos Santos	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4457169T1">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4457169T1</a>
12	Mateus Gomes dos Santos	DE/40h	<a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8376266H3">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8376266H3</a>

Para a integralização do curso, haverá a necessidade de contratação de docentes com formação específica nas áreas de agronegócio, tais como zootecnia, agronomia. Portanto, este cenário será atualizado assim que o quadro docente for ampliado e consolidado na unidade.

#### **4.2.1 Experiência Profissional do Quadro Docente**

Quando mais experiente é o quadro docente, melhor será o desempenho do curso na formação do egresso. O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus

objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e que tenham experiência no magistério.

O IFRO investe na formação de seus professores, incentivando-os a cursar pós-graduação, *Lato e Stricto Sensu* e outros cursos de formação e especialização docente.

**Quadro 6** - Experiência do corpo docente

<b>Docente</b>	<b>Experiência na docência em anos</b>	<b>Experiência profissional fora da docência em anos</b>
Aldison Diego Fonseca Dias	4 anos e 5 meses	2 anos e 7 meses
Ana Paula Alves Gonçalves	1 ano	3 anos
Carla Werle	4 anos e 6 meses	14 anos
Cleonete Martins de Aguiar	23 anos	14anos
Emi Silva de Oliveira	2 e 7 meses	10 anos
Érica Cayres Rodrigues	17 anos	5 anos
Eslei Justiniano dos Reis	7 anos	4 anos
Faelen Taís Kolln	1 ano e 4 meses	5 anos
Felipe Matheus Teles de Vasconcelos	2 anos e 6 meses	3 anos
Marcelo Moysés Corilaço	5 anos	-
Marília Assis dos Santos	4 anos	1 ano e 7 meses
Mateus Gomes dos Santos	1 ano e 7 meses	2 anos

### 4.3 Titulação dos docentes do curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, embora seja uma instituição jovem, tem levado a sério a formação continuada no sentido de preparar seus professores para o exercício da docência em todos os seus níveis e

modalidades.

Para alcançar essa meta, o IFRO vem estabelecendo parcerias com IES de todo o país com a finalidade de proporcionar oportunidades aos docentes de cursar cursos de formação pedagógica, especialização, mestrados e doutorados em todas as áreas do conhecimento. Além dessa ação, o Instituto trabalha com a política de afastamento para os professores matriculados em programa *stricto sensu* regulares conceituados pela CAPES.

**Quadro 7 - Titulação do corpo docente**

<b>Docente</b>	<b>Graduação</b>	<b>IES</b>	<b>Ano</b>	<b>Maior Titulação</b>	<b>IES</b>	<b>Ano</b>
Aldison Diego Fonseca Dias	Tecnologia em Sistema para Internet	FAAR	2013	Especialista	Unesp	2015
Ana Paula Alves Gonçalves	Engenharia Ambiental	UNIR	2009	Especialista	UNIJIPA	2016
Carla Werle	Administração	UEMS	2006	Mestre	UFGD	2016
Cleonete Martins de Aguiar	Filosofia	UECE	1995	Mestre	UNIR	2015
Emi Silva de Oliveira	Direito	ULBRA	2005	Especialista	UNIOURO	2009
Érica Cayres Rodrigues	Letras	UNIR	2007	Mestre	Unir	2016
Eslei Justiniano dos Reis	Administração	UNIR	2007	Mestre	Unir	2014
Faelen Taís Kolln	Ciências Agrícolas – Agronomia	EARTH	2008	Mestre	UFAC	2013
Felipe Matheus Teles de Vasconcelos	Engenharia Agrônoma	UFRPE	2010	Mestre	UFRPE	2013
Marcelo Moysés Coriaço	Licenciatura em Matemática	UNIR	2012	Mestre	UNIR	2016

54

Marília Assis dos Santos	Tecnologia em Alimentos	IFG	2011	Doutora	IFG	2017
Mateus Gomes dos Santos	Bacharelado em Ciências Contábeis	UNIR	2014	Especialista	UNINTER	2016

O corpo docente do Curso Técnico em Agronegócio é atualmente composto por doze professores, sendo um doutor (8,33 %), sete mestres (58,33 %) e quatro especialistas (33,34 %).

#### 4.3.1 Índice de Qualificação

Como se pode observar no item anterior, todos os profissionais que compõem o quadro de docentes do curso possuem formação de nível superior com pós-graduação. Destes, 66,66 % possuem titulação de Mestrado ou Doutorado obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme as exigências legais, sendo um doutor (8,33 %) e sete mestres (58,33 %). Os índices em *stricto sensu* tendem a se ampliar conforme as possibilidades previstas na política de capacitação de pessoal do IFRO, além da entrada de novos profissionais docentes.

**Quadro 8** - Índice de qualificação dos docentes do curso

Titulação	Qtde.	% do Total	Na área do curso		Em outras áreas	
			Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total
Graduação						
Aperfeiçoamento						
Especialização	4	33,34	3	25,01	1	8,33
Mestrado	7	58,33	4	33,33	3	25,00
Doutorado	1	8,33	1	8,33		
Livre Docência						
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>66,67</b>	<b>4</b>	<b>33,33</b>

#### **4.4 Política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização**

Os documentos institucionais do IFRO dispõem sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto, a qual tem o objetivo de promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem aos servidores a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional. Reflete, ainda, a valoração do indivíduo correspondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão institucional do IFRO.

Assim sendo, a Política de Capacitação prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que forneçam informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programas de Qualificação Profissional que compreendem os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) e *Stricto Sensu* e Programa de Formação Continuada dos servidores docentes e administrativos, com as seguintes temáticas: Educação Inclusiva, Novas Metodologias de Ensino, Capacitação Gerencial, Interdisciplinaridade, Projetos Integradores, Avaliação, etc.

Ainda de acordo com a Política de Capacitação, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislações específicas, bem como o custeio e incentivo na participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).

## **5 GESTÃO ACADÊMICA**

### **5.1 Coordenação do curso**

A Coordenação de Curso, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é um setor com finalidade de dar suporte, orientação e planejamento às ações de implantação e execução do curso que representa.

A Portaria 551/GR/IFRO/2017 instituiu o processo de eleição para escolha dos Coordenadores de Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos de Graduação e de Pós--Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Os coordenadores de curso serão nomeados pelo Reitor do IFRO, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, após novo processo eleitoral.

O Coordenador de Curso Técnico deverá ter, no mínimo Graduação e ter formação, preferencialmente na área específica do curso. O processo de eleição se regerá por meio de edital interno do *Campus* e deverá contemplar como votantes: docentes, discentes e técnico--administrativos, vinculados ao respectivo curso ao qual se pretende escolher o Coordenador.

### **5.2 Colegiado de curso**

O Colegiado de Curso seguirá a Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018. Os Colegiados de Curso são órgãos de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo dos cursos que representam. No Curso Técnico o Colegiado de Curso é obrigatório. O colegiado de curso deverá ser constituído pelo coordenador de curso, docentes em exercício no curso e discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano. O Colegiado de Curso será presidido pelo Coordenador do Curso e se reunirá ordinariamente a cada dois meses.

### **5.4 Assessoramento ao curso**

#### **5.4.1 Diretoria de Ensino**

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da

Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Estão vinculados à Direção de Ensino:

a) Departamento de Apoio ao Ensino - DAPE

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes; atua junto ao ensino nas modalidades ofertadas com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, para prestar apoio pedagógico aos professores e alunos.

b) Coordenação de Assistência ao Educando - CAED

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino, presta informações, realiza orientações aos discentes e seus familiares, mantém um trabalho articulado entre os discentes, seus familiares e os agentes escolares ligados ao ensino.

A Coordenação, quando com a equipe completa, é composta pelos seguintes profissionais: Assistente Social, Orientação Educacional, Tradutor e Interprete de Libras, Psicólogo, Assistente de alunos e Enfermeiro, atualmente conta com o Assistente Social, Tradutor e Interprete de Libras e Assistente de alunos.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA

Coordenação de Registros Acadêmicos é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

#### **5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas**

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Resolução 48/REIT-CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017, constituído de acordo com as legislações do país, é um órgão de assessoramento e se encontra ligado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e em cada *Campus*, diretamente à Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria instituída em cada *Campus*, é um núcleo de promoção, planejamento e execução de

políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Específicas. Sua finalidade é a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

O NAPNE visa à inserção das pessoas com necessidades específicas em cursos presenciais e a distância de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações no IFRO.

O NAPNE tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

Para fins de desenvolvimento das ações do NAPNE, são consideradas pessoas com necessidades específicas, todas aquelas contempladas pelo Decreto nº 7.611/11.

#### **5.4.2 Departamento de Extensão**

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Ainda, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio, através do levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a

intermediação e o marketing.

Estão vinculados ao Departamento de extensão a Coordenação de Integração, Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC), Coordenação de Cursos de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e Coordenação do Centro de Idiomas (CCI).

#### **5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, mas também a comunidade externa.

#### **5.4.4 Equipe Técnico-pedagógica**

O *Campus Jarú* conta com a seguinte equipe técnico-pedagógica, a qual dará apoio e suporte ao funcionamento do Curso Técnico em Agronegócio.

**Quadro 9** - Equipe Técnico-pedagógica

<b>Docente</b>	<b>Cargo/Função</b>
Brígida Helen Gomes Moura	Auxiliar em Assuntos Educacionais
Enilda de Oliveira Aliares	Pedagoga
Joel de Souza Sá	Assistente Social
Josilene da Cruz Soares Silva	Assistente de Alunos
Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais - LIBRAS
Matusalem Aliares da Silva	Técnico em Assuntos Educacionais
Kleyci Kelly da Silva Araujo	Assistente em Administração

## 6 INFRAESTRUTURA

### 6.1 Infraestrutura física e recursos materiais

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura com garantia dos ambientes e recursos para a realização dos cursos. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As instalações prediais construídas são de excelente qualidade, em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso granilite antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo *Split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

#### 6.1.1 Estrutura física

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus*, o Quadro 10 apresenta as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

**Quadro 10** - Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados

Dependência	Quantidade	Tamanho em m <sup>2</sup>
Sala de aula	5	54
Sala dos professores	1	70
Laboratório de Informática	1	54
Biblioteca (em fase de construção)	1	54
Sala de Direção de Ensino, DAPE, Coordenações de curso e CAED	1	70
Sala dos Departamentos de Extensão e de Pesquisa	1	70

**6.1.2 Recursos materiais**

Os recursos materiais dos laboratórios serão apresentados na seção específica dos laboratórios, os demais são apresentados abaixo:

**a) Salas de Aula**

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula com 1 projetor multimídia, 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio com acabamento em fórmica, um quadro de vidro, ar-condicionado *Split*, cortinas tipo persianas, 1 mesa individual, 1 cadeira estofada e 1 televisor.

**b) Sala de Professores**

O *Campus* conta com uma sala de professores que possui 3 mesas coletivas, 10 mesas individuais, 25 cadeiras, 1 armário de arquivo, 3 armários individuais com chave, 5 computadores, 1 ar-condicionado *Split*, 1 impressora, um micro-ondas e 1 geladeira.

**c) Sala da Direção de ensino, DAPE, Coordenações de curso e CAED**

Esse espaço está equipado com 10 mesas individuais, 20 cadeiras, 3 armários, 10 computadores, 1 impressora e 1 ar condicionado *Split*.

**d) Sala dos Departamentos de Pesquisa e de Extensão**

A sala dos Departamentos de Pesquisa e de Extensão está equipada com 5 mesas individuais, 10 cadeiras, 3 armários, 5 computadores, 4 armários individuais e 1 ar condicionado *Split*.

**e) Infraestrutura de Segurança**

A instalação do *Campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBMRO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO<sup>2</sup> nos corredores;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Lava olhos e ducha d'água nos laboratórios de química, biologia e anatomia animal;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas;
- Kit de equipamento de proteção individual (máscaras, luvas, etc.) nos laboratórios.

## **6.2 Infraestrutura de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas**

### **6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida**

- Instalação de corrimão em todos os acessos de escadas;
- Sanitários em todos os blocos para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 9050/2004 ABNT;
- Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica;
- Corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- Instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior;
- Profissionais na guarita e no *hall* de entrada para auxílio quando necessário;
- Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado próximo às edificações para portadores de necessidades específicas.

### 6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

- Instalação de piso tátil em todos os corredores e portas.

### 6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

- Disponibilidade de intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilização da correção dos instrumentos de avaliação, valorizando o conteúdo semântico.

## 6.3 Infraestrutura de informática

### 6.3.1 Laboratório

O IFRO - *Campus* Jaru coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos um Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min. Além do acessos no Laboratório de Informática, há internet *wireless* no perímetro do *Campus*, a qual o acadêmico tem acesso via sistema *Eduroam*.

A escolha do laboratório e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos oferecidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização do laboratório varia de acordo com as novas tecnologias e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Ação do *Campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção do laboratório é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso e demais gestores do IFRO *Campus* Jaru. A atualização do laboratório é realizada a cada ano, de acordo com

as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

## **6.4 Infraestrutura de laboratório**

### **6.4.1 Laboratório Didático de Formação Básica**

As atividades desenvolvidas em laboratório buscarão complementar a produção do saber através de distintos contextos de aprendizagens, indispensáveis para o ensino das habilidades previstas no curso. O curso Técnico em Agronegócio do IFRO, *Campus* Jarú conta com o seguinte espaço para realização de sua atividade de formação básica:

- Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h10min às 23h00min

### **6.4.2 Laboratórios Didáticos de Formação Específica**

O curso não necessita de laboratórios didáticos de formação específica.

## **6.5 Biblioteca**

O *Campus* oferecerá biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. A biblioteca terá uma estrutura física de 54m<sup>2</sup>, estantes para os livros e mesas com cadeira para estudo. O espaço físico destinado a instalação da Biblioteca está em fase de conclusão, com entrega prevista para o início do Curso Técnico em Agronegócio.

## **6.6 Outros ambientes específicos de ensino e aprendizagem**

- Área de Convivência

No planejamento das obras de implantação do *Campus* Jarú também estão sendo previstos espaços de convivência para os alunos, com cantina e pátio de recreação.

Ressalta-se que estes espaços são iniciais e que, durante do desenvolvimento da unidade, outros espaços serão demandados, planejados e instalados no *Campus*.

- Espaços para eventos

No momento, o *Campus* não disponibiliza de espaços para eventos grandiosos. Entretanto, já está em planejamento a construção desses espaços. As atividades que requeiram espaços maiores serão realizadas em órgãos públicos ou privados, via parceria com o IFRO – *Campus* Jaru.

## **7 BASE LEGAL**

### **7.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso**

Sua elaboração está amparada nos seguintes aspectos legais: Lei nº 9.394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer CEB/CNE 39/2004 Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio; Resolução 2/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução 6/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio Resolução, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Define objetivos e orienta o oferecimento de cursos técnicos e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFRO *Campus* Jaru - quinquênio 2018-2022.

### **7.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**

O IFRO em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das Políticas para o Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

### **7.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**

Em concordância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a



Resolução CNE/CP nº1/2012, a abordagem das temáticas relacionadas dos Direitos Humanos, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social.

Nos cursos do IFRO, os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias e optativas e como conteúdo de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais.

#### **7.4. Carga Horária mínima em horas**

De acordo com o Catalogo Nacional de Cursos Técnicos, o curso Técnico em Agronegócio prevê o mínimo de 1.200 para sua realização.

## 8 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004**. Disponível em

<[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)> Acesso em: 6 de agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal/1988**. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>Acesso em: 20 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

BRASIL. **Lei 10.098/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de agosto 2018.

BRASIL. **Lei 11.534/2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-11534-2007\\_86331.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-11534-2007_86331.html). Acesso em: 18 de julho 2018.

BRASIL. **Lei 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

BRASIL. **Lei 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.764/2012**, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

BRASIL. **Decreto 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a

promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611/2011**. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

CEB/CNE. **Resolução 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

CEB/CNE. **Resolução 6/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

CNA – BRASIL. Vegetação nativa preservada ocupa 61 da área do Brasil diz Embrapa. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/vegetacao-nativa-preservada-ocupa-61-da-area-do-brasil-diz-embrapa>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IBGE. **Estados - Rondônia – Síntese**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/jaru/panorama>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022**. Disponível em: [https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209\\_pagina-simples.pdf](https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf) Acesso em: 17 de julho de 2018.

IFRO. **Portaria 551/REIT-CGAB/IFRO/2017**. Institui o Processo de Escolha de Coordenadores de Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: [https://sei.ifro.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=5331&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5331&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 24 de setembro de 2018.

IFRO. **Resolução 079/CONSUP/IFRO/2016. Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2016. Disponível em: [http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=759](http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=759). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IFRO. **Resolução 88/CONSUP/IFRO/2016**. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em:

[http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=753&Itemid=11](http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=753&Itemid=11). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IFRO. **Resolução 11/CONSUP/IFRO/2017**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em:

<[http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=61&Itemid=11&limitstart=55](http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=61&Itemid=11&limitstart=55)>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IFRO. **Resolução 48/CONSUP/IFRO/2017**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: [http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=893&Itemid=11](http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=893&Itemid=11). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IFRO. **Resolução 23/CONSUP/IFRO/2018**. Dispõe sobre a organização e regulamentação dos Programas de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: [http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=995&Itemid=11](http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=995&Itemid=11). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

IFRO. **Resolução 62/CONSUP/IFRO/2018. Regimento Interno do Campus Jaru**. Disponível em: [Http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=69&Itemid=11&limitstart=5](http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=69&Itemid=11&limitstart=5). Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MATIAS, Francisco. **A História de Rondônia**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfLUEAG/a-historia-rondonia>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

MEC. **Portaria nº 3.284/2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em: 7 de agosto de 2018.

MEC. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf)>. Acesso em: 20 de agosto 2018.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

PALITOT, Aleks. **Trilhando a História**. A Colonização de Rondônia, terras de pioneiros. Disponível em: <http://alekspalitot.blogspot.com/p/historia-dos-municipios-de-rondonia.html>. Acesso em: 17 de julho de 2018.



PALITOT. **Trilhando a História**. Jaru: terra de gigantes. Disponível em:  
<https://alekspalitot.blogspot.com/2016/01/jaru-terra-de-gigantes.html?m=1>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

## 9 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

### 1º SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA				
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO				
<b>Disciplina:</b> Português Instrumental				
<b>CH</b> 40h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:</b> -	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
Objetivo Geral				
Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos referentes à Língua Portuguesa, possibilitando, dessa forma, leitura e produção de textos variados que motivem, por excelência, a boa atuação do educando na vida profissional e nas inter-relações cotidianas.				
Objetivos Específicos				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar ao estudante a importância da conscientização e o conhecimento da língua como instrumento de comunicação;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de leitura como fonte de conhecimento, cultura e ampliação das formas de pensamento e raciocínio, incentivando a assumir uma postura crítica e consciente diante dos textos;</li> <li>• Preparar para a busca de um melhor desempenho na forma padrão da língua portuguesa, por meio da leitura e da produção de textos.</li> </ul>				
Ementa				
Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação Comercial. Redação científica. Ortografia. Pontuação. Concordância. Regência.				
Referências Básicas				
<p>BECHARA, Evanildo. <b>Gramática escolar da língua portuguesa</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.</p> <p>CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. <b>Gramática reflexiva: texto, semântica e interação</b>. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>GARCIA, Othon M. <b>Comunicação e prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar</b>. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p>				
Referências Complementares				

BELTRÃO, Odacir. BELTRÃO, Mariusa. **Correspondência:** linguagem e comunicação oficial, empresarial, particular. 18 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita.** 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto.** São Paulo: Ática, 1997.

GONÇALVES, Adair Vieira e BAZRIM, Milene. (orgs) **Interação, gêneros e letramento. A (Re) escrita em foco.** São Carlos: Claraluz, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA				
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO				
<b>Disciplina:</b> Introdução ao Agronegócio				
<b>CH</b> 60h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:-</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>				
Conhecer o significado do agronegócio e suas áreas de atuação, demonstrando os impactos e sua importância no Brasil e no mundo.				
<b>Objetivos Específicos</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Explicar o agronegócio;</li> <li>● Ilustrar as cadeias produtivas do agronegócio;</li> <li>● Apontar os conceitos que estão presentes no dia-a-dia do agronegócio;</li> <li>● Ordenar os diversos momentos do agronegócio no decorrer do tempo;</li> <li>● Descrever a importância do agronegócio para o desenvolvimento local;</li> <li>● Analisar os fatores que interferem na produção de alimentos, demanda e consumo e as principais cadeias produtivas que fazem parte da pauta comercial do Estado de Rondônia e do agronegócio no contexto brasileiro.</li> </ul>				
<b>Ementa</b>				
Agronegócios: conceitos e dimensões. O agronegócio no Brasil e no Mundo. Segmentos dos Sistemas Agroindustriais. Verticalizações e integrações agroindustriais. Principais <i>commodities</i> agrícolas. Agregação de Valores e Margem de Comercialização no Agronegócio. Coordenação das Cadeias Produtivas. Arranjos Produtivos Locais. O Crescimento do Agronegócio. A Competência do Agronegócio Brasileiro.				
<b>Referências Básicas</b>				

ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ZUIN, L.F.S; QUEIROZ, T.R. (coord.). **Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

#### Referências Complementares

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2.

SAVOIA, J. R. F. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa

<b>CH</b> 32h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------	-----------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Compreender e aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização de estágio e pesquisa.

#### Objetivos Específicos

- Identificar a metodologia de pesquisa;
- Enumerar as áreas de Pesquisa do Curso;
- Decodificar o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento;
- Ilustrar os princípios de Metodologia Científica;
- Aplicar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos;
- Relacionar os elementos do estágio e sua operacionalização;
- Usar o conhecimento para a elaboração de textos técnicos e científicos.

#### Ementa

Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Elaboração de trabalho de curso segundo as normas da ABNT. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.

#### Referências Básicas

HORIUCHI, A. e AGLINSKAS, R. da C. **Guia de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Paulista : ABNT.** São Paulo: São Paulo, 2018.

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: **comentadas para trabalhos científicos.** Paraná: Juruá, 2012.

LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

#### Referências Complementares

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica ao alcance de todos.** São Paulo: Manole, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.788/2008.** Brasília, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Orientações para a Prática Profissional Supervisionada.** Cuiabá: UFMT, 2014.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Ética Profissional e Cidadania

<b>CH</b> 40h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:-</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------	-----------------	---------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Possibilitar o conhecimento dos principais aspectos dos conceitos de Ética Profissional e Cidadania, a partir de uma reflexão a respeito da importância do comportamento ético para o exercício da cidadania e ações sustentáveis nas

relações de trabalho.

### Objetivos Específicos

- Enumerar os conceitos sobre valores, moral e ética;
- Analisar sobre a importância de um comportamento ético e da responsabilidade social;
- Decodificar a ética profissional como exemplo de ética aplicada ao mundo do trabalho;
- Combinar a conduta ética ao respeito à diversidade cultural, direitos humanos e políticas de igualdade.

### Ementa

Fundamentos da Ética. O significado de seus valores e as implicações éticas-políticas do trabalho. Relações éticas para a diversidade. Ecoética e Sustentabilidade. O debate ético na contemporaneidade: cidadania e direitos humanos no Brasil, políticas de igualdade de oportunidades, acesso aos bens sociais e culturais, posturas e valores quanto às relações étnico-raciais e responsabilidade social.

### Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **A Era Dos Direitos**. *Campus*, 2004. CARVALHO, José SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Ética**. 34 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NEGREIRO, Davys Sleman de. **Ética profissional e cidadania**. Cuiabá: Ed. UFMT. 2013.

### Referências Complementares

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania No Brasil: O Longo Caminho**. Civilização Brasileira, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

GALLO, Silvio. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. São Paulo: Papyrus. 2005.

SIDEKUM, Antonio. **Ética e Alteridade: a Subjetividade Ferida**. Unisinos, 2002.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Maquinários e Tecnologias Agropecuárias			
<b>CH</b> 32h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula <b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
Conhecer as máquinas agrícolas, seu emprego e a sua importância para o agronegócio.			
<b>Objetivos Específicos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever o funcionamento e emprego das máquinas e equipamentos agrícolas</li> <li>• Esclarecer a importância da conservação e manutenção das máquinas e equipamentos agrícolas;</li> <li>• Empregar técnicas de segurança;</li> <li>• Apontar as tecnologias agropecuárias e entender seu papel para a redução dos custos de produção.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Tratores, implementos e máquinas agrícolas. Capacidade operacional das máquinas e implementos agrícolas. Conservação, manutenção preventiva e corretiva. Agricultura de precisão. Técnicas de segurança nas operações agrícolas.			
<b>Referências Básicas</b>			
MOLIN, J.P., AMARAL, L.R., COLAÇO, A.F. <b>Agricultura de Precisão</b> . 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.			
ROSA, D.P. <b>Dimensionamento e planejamento de máquinas e implementos agrícolas</b> . Jundiaí: Paco Editorial, 2017.			
SILVA, R.C. <b>Máquinas e Equipamentos Agrícolas</b> . Editora Érica, 2014.			
<b>Referências Complementares</b>			
BALASTREIRE, L.A. <b>Máquinas Agrícolas</b> , São Paulo, Editora Manole, 1990.			
COMETTI, N.N. <b>Mecanização Agrícola</b> . Curitiba: Editora LT, 2012.			
SILVEIRA, G.M. <b>Os cuidados com o trator</b> . São Paulo: Aprenda Fácil, 2001.			

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>				
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO				
<b>Disciplina:</b> Informática Aplicada ao Agronegócio				
<b>CH</b> 20h/aula	<b>Teórica:</b>	<b>CH Prática:</b> 20h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>				
Compreender e utilizar ferramentas de informática nas atividades relacionadas ao agronegócio.				
<b>Objetivos Específicos</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer os conceitos básicos de informática</li> <li>● Usar o Sistema Operacional;</li> <li>● Manipular softwares utilitários;</li> <li>● Preparar documentos com editor de texto;</li> <li>● Desenvolver apresentações;</li> <li>● Preparar planilhas eletrônicas;</li> <li>● Apontar os recursos de rede;</li> <li>● Usar a Internet.</li> </ul>				
<b>Ementa</b>				
Conceitos básicos de informática. Formatação de trabalhos acadêmicos com o uso de editor de texto. Utilização de recursos avançados, relacionados ao agronegócio, de planilhas eletrônicas (macros, funções, fórmulas, taxas, formulários, gráficos avançados e tabelas dinâmicas). Internet.				
<b>Referências Básicas</b>				
COX, Joyce; Lambert, Joan, <b>Microsoft Word 2013 - Série Passo a Passo</b> . Porto Alegre: Bookman, 2014.				
LAMBERT, Steve; LAMBERT, Joan. <b>Microsoft Windows 10 - Série Passo a Passo</b> . Porto Alegre: Bookman, 2016.				
MANZANO, André Luiz N. G.. <b>Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013</b> . São Paulo: Editora Érica. 2013.				
VELLOSO, Fernando de Castro. <b>Informática: conceitos básicos</b> . 10.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.				
<b>Referências Complementares</b>				
COX, Joyce; Lambert, Joan, <b>Microsoft PowerPoint 2013 - Série Passo a Passo</b> . Porto Alegre: Bookman, 2014				
JUNIOR, Hélio Engholm. <b>Computação em nuvem com o Office 365</b> . São Paulo:				

Novatec, 2015.

MANZANO, André Luiz N. G.. **Estudo Dirigido de Microsoft Power Point 2013**. São Paulo: Editora Érica. 2013.

MARTELLI, Richard. **Office 2016 Para Aprendizagem Comercial**. São Paulo: Senac, 2016

SILVA, Mario Gomes da. **Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Word 2013 - Microsoft Excel 2013 - Microsoft PowerPoint 2013 - Microsoft Access 2013**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Érica, 2013.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Matemática Básica

<b>CH Teórica:</b> 40h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Possibilitar que os alunos do curso de Técnico em Agronegócio consigam desenvolver o conhecimento matemático, ainda que dos assuntos básicos, para aplicarem nas disciplinas do curso, assim como na vida profissional e pessoal.

#### Objetivos Específicos

- Realçar os conceitos fundamentais da matemática básica;
- Demonstrar condições para resolver problemas que se apresentam na forma de regra de três simples, composta e de porcentagem;
- Identificar as unidades de medidas das variadas grandezas, priorizando aquelas em que o Técnico em Agronegócios utilizará com mais frequência em sua profissão;
- Transferir conhecimento sobre a estatística descritiva e os conceitos básicos envolvendo probabilidade.

#### Ementa

Operações básicas envolvendo números reais. Potenciação. Expressões numéricas. Expressões algébricas. Equação de 1º grau. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Unidades de medida. Noções de estatística. Noções de probabilidade.

#### Referências Básicas

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade**. Vol. 5ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

IEZZI, G. *et al.* **Matemática**. Volume único. 5ª ed. São Paulo: Atual, 2012.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

### Referências Complementares

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

IEZZI, G. *et al.* **Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva**. Vol. 11. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

SENAR. **Matemática básica e financeira**. Apostila do Curso do Técnico em Agronegócio da SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 91 p., ISBN: 978-85-7664-080-6. Brasília, 2015.

SILVA, S. M.; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. **Matemática básica para cursos superiores**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

## PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Extensão Rural e Agricultura Familiar

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

### Objetivo Geral

Compreender a importância da extensão rural para a melhoria das propriedades rurais e para o desenvolvimento econômico da agricultura de base familiar.

### Objetivos Específicos

- Descrever a função da Extensão Rural;
- Enumerar as diversas formas e experiências de Extensão Rural adotadas no Brasil;
- Discutir os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais da atividade familiar.

### Ementa

Fundamentos da extensão Rural. Caracterização de produtores rurais. Estrutura agrícola do Brasil e de Rondônia. Processos de comunicação e difusão de inovações. Planejamento aplicada a extensão rural. Metodologias Participativas. Aspectos conceituais de agropecuária familiar no Norte e no Brasil. Desafio da sustentabilidade na agropecuária familiar. Políticas públicas de apoio a agropecuária familiar.

### Referências Básicas

CAPPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA, 2007.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. **Agricultura familiar – Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2009.

SCHMITZ, H. **Agricultura familiar, extensão rural e pesquisa participativa.** São Paulo: Annablume, 2010.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático.** Brasília: MDA/SAF, 2006.

#### Referências Complementares

OLIVEIRA, M. A. C. **Sustentabilidade e agricultura familiar.** Curitiba: CRV, 2011.

PETERSON, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

TAVARES, E.D. **Da agricultura moderna a agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares.** Fortaleza: Banco do Nordeste; Embrapa, 2009.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Administração Rural I

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Conhecer os processos, conceitos e tipologias da administração bem como a evolução do pensamento administrativo voltado para a administração rural.

#### Objetivos Específicos

- Apontar ao aluno o conceito de organização e sua relação com o processo administrativo;
- Ilustrar o campo da administração e sua evolução histórica;
- Esquematizar as principais contribuições teóricas e práticas para a formação do conhecimento administrativo;
- Demonstrar uma visão integrada do processo gerencial do papel dos dirigentes;
- Listar os diferentes tipos de organizações e suas características como campos de aplicação do conhecimento administrativo;
- Descrever a Administração Rural como instrumento de ação para o

profissional do Agronegócio.

### Ementa

Estudo das teorias administrativas e sua caracterização observando as teorias estabelecidas para a escola clássica, escolas das relações humanas e as escolas burocráticas. Apresentar a teoria geral de sistemas dando uma abordagem comportamental, sistêmica e contingencial. Estudo da importância das funções administrativas com foco na administração da sociedade. Conceituação de administração no agronegócio. Características peculiares do setor agropecuário. As unidades de produção rural. O ambiente nas empresas rurais.

### Referências Básicas

ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAXIMINIAMO, A.C. **Fundamentos de Administração**. Editora Atlas. São Paulo, 2007

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Fundamentos da Administração: conceitos e práticas essenciais**. São Paulo, Atlas, 2009.

SILVA, Roni Antônio Garcia da. **Administração rural: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Juruá, 2013.

### Referências Complementares

BATALHA, Mario Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAL – Gestão de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2012. 2 v.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAXIMIANO, A. C. A.; **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

## PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Cadeias Produtivas da Agricultura

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

### Objetivo Geral

Conhecer os principais aspectos envolvidos nas cadeias produtivas da Agricultura.

<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apontar os princípios das cadeias produtivas da agricultura;</li> <li>• Ilustrar as particularidades das diversas cadeias produtivas da agricultura;</li> <li>• Classificar as oportunidades existentes nas cadeias produtivas;</li> <li>• Reconhecer as tendências das cadeias produtivas da agricultura.</li> </ul>
<b>Ementa</b>
<p>Conceitos e principais cadeias produtivas da agricultura regional, nacional e mundial. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Evolução, peculiaridades, principais tendências e oportunidades das cadeias produtivas de grãos, frutas e hortaliças.</p>
<b>Referências Básicas</b>
<p>FILGUEIRA, F.A.R. <b>Novo Manual de Olericultura</b>. Viçosa: Editora UFV, 2008.          GOMES, R.P. <b>Fruticultura brasileira</b>. São Paulo: Nobel, 2006.          SEDIYAMA, T. <b>Tecnologia de produção e usos da soja</b>. Porto Alegre: Mecenaz, 2009.</p>
<b>Referências Complementares</b>
<p>EMBRAPA. <b>A cultura do milho irrigado</b>. Brasília: EMBRAPA, 2003.          MADEIRA, N.R. <i>et al.</i> <b>Manual de Produção de Hortaliças Tradicionais</b>. EMBRAPA,, 2013.          VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T.J.; BORÉM, A. <b>Feijão</b>. Viçosa: Editora UFV, 2013.</p>

## 2º SEMESTRE

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Contabilidade Rural			
<b>CH Teórica:</b> 52h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
<p>Proporcionar conhecimentos da contabilidade aplicada ao agronegócio, conhecendo suas particularidades e necessidades de informações para gestão dos sistemas de produção rural.</p>			
<b>Objetivos Específicos</b>			

- Apontar a escrituração contábil e as principais questões relacionadas;
- Descrever a atividade rural e principais particularidades;
- Aplicar atividades que permitam aos alunos conhecimentos à cerca da contabilização e provimento de informações contábeis para a gestão das atividades rurais.

### **Ementa**

Entidades Rurais, conceitos e tipos. Atividade e contabilidade rural. Formas jurídicas de exploração da atividade rural. Normas brasileiras de contabilidade aplicável à atividade rural. Aspectos contábeis da atividade agrícola. Plano de contas. Classificação contábil. Registros contábeis. Depreciação, amortização e exaustão. Aspectos contábeis da atividade agroindustrial. Aspectos tributários e fiscais aplicáveis à atividade rural. Regime tributário. Imposto de renda pessoa jurídica tributação. Contribuição social sobre o lucro líquido. PIS/PASEP e COFINS. Obrigações acessórias. Aspectos do imposto de renda pessoa física. Associação na exploração da atividade rural. Rendimentos da atividade rural. Apuração do resultado. Tributação. Escrituração do livro caixa. Obrigações acessórias.

### **Referências Básicas**

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **CPC 29**: Ativo Biológico e Produto Agrícola. Brasília, set. 2009.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: a uma abordagem decisorial**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Referências Complementares**

BRITO, Eduardo de; RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Vinicius Aversari; LEMES, Sirlei. **Aplicação do valor justo aos ativos biológicos e produtos agrícolas na pecuária bovina**. Custos e Agronegócio. v.10, n.1, JanMar 2014.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. Livro Texto. 16.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Z. P. B. **Contabilidade financeira rural**. São Paulo: Atlas, 1999.

NEPOMUCENO, F. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo:

IOB Thomson, 2004.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Matemática Financeira para o Agronegócio

<b>CH Teórica:</b> 32h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Criar um ambiente favorável para que os alunos possam adquirir e desenvolver conhecimentos de matemática financeira, com o intuito de prepara-los para situações vividas por um técnico em Agronegócio, assim como para economia familiar.

#### Objetivos Específicos

- Calcular juros simples e composto;
- Identificar a diferença entre sistema de amortização SAC e PRICE;
- Escolher entre as melhores formas de empréstimo ou investimento como formas de captação de recursos.

#### Ementa

Capitalização simples. Descontos simples. Capitalização composta. Séries de pagamentos. Sistema de amortização. Análise de investimentos.

#### Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. 12a ed. São Paulo: Atlas. 2012.

HAZZAN, Samuel; POMPEU, José Nicolau. **Matemática financeira**. 6.ed. Saraiva, 2007.

IEZZI, G. et al. **Fundamentos da Matemática Elementar**, vol.11, 9ª ed, São Paulo: Atual, 2013.

VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática financeira**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2001.

#### Referências Complementares

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática Financeira Fácil**. 14a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentaria**. 11. Ed. São Paulo:

Atlas, 2014.

KUHNEN, Osmar Leonardo. **Matemática financeira aplicada e análise de investimentos**. São Paulo: Atlas, 1994.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, José M. **Matemática financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SENAR. **Matemática básica e financeira**. Apostila do Curso do Técnico em Agronegócio da SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 91 p., ISBN: 978-85-7664-080-6. Brasília, 2015.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Direito Agrário e Ambiental

<b>CH Teórica:</b> 36h/aula	<b>CH Prática:</b> 4h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Apresentar os conceitos básicos e os principais assuntos referentes às leis agrárias, assim como aquelas que disciplinam a proteção do meio ambiente, indispensáveis ao exercício da profissão de técnico em agronegócio.

#### Objetivos Específicos

- Discriminar questões referentes ao direito e contratos agrários;
- Classificar o que são terras devolutas e faixas de fronteira;
- Analisar tópicos da legislação brasileira relacionados aos conceitos agrário e ambiental;
- Explicar a atuação do INCRA, principalmente em relação a imóveis rurais, módulos rurais, minifúndios e parceleiro, latifúndio, planos, zoneamentos e cadastro, e tributação da terra;
- Identificar a importância das cooperativas para o desenvolvimento do agronegócio;
- Aplicar o código florestal em propriedades visando à proteção de áreas prioritárias sem prejudicar o desenvolvimento das atividades de produção rural;
- Analisar a importância do CAR- Cadastro Ambiental Rural para o negócio rural;
- Categorizar a natureza legal e tributária das empresas e empresários no empreendimento rural;
- Empregar na propriedade normas do estatuto do trabalhador rural.

#### Ementa

O Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. A Livre

Iniciativa do Trabalho e a Defesa do Meio Ambiente. O Código Florestal e os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Base Normativa Essencial do Direito Agrário. Terras Devolutas e Faixas de Fronteira. O Estatuto da Terra. Estatuto do Trabalhador Rural. Usucapião Agrário.

#### Referências Básicas

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental** - 18ª Ed. Atlas, 2016.
- BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário** - 5ª Ed, Contemplar 2016.
- MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, C.R.S. **Direito Agrário Brasileiro** - 12ª Ed. Atlas 2016.
- MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. 10a ed. rev. e atual, Forense, 2016.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Curso de Direito Agrário** - 3ª Ed. RT, 2015.
- TRINDADE, Frederico Augusto Di. **Direito Ambiental Esquemático** - 7ª Ed. Método, 2016.

#### Referências Complementares

- AMADO, F. A. Di T. **Direito Ambiental Esquemático**. 4ª ed., Forense, São Paulo, 2013.
- MALHEIROS, Jose Afonso da Silva. **Direito Ambiental Constitucional**. 10ª Ed. 2013.
- MEDEIROS, Rodolfo de Araújo. **Manual Direito Ambiental**, CI Edijur 2012.
- MIRANDA, A. G.de; SOARES, M. L.Q.; BARROSO, L. A. **O Direito Agrário na Constituição** - 3ª Ed, Forense 2013.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Curso técnico em agronegócio: legislação agrária e ambiental**, Rede e-Tec Brasil, SENAR (Organizadores). – Brasília : SENAR, 2015.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Administração Rural II

<b>CH Teórica:</b> 40h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Contextualizar a Administração Rural como instrumento de ação para o profissional do Agronegócio.

### Objetivos Específicos

- Apontar os principais conceitos da Administração Rural aplicados a unidade de produção agropecuária e aos mercados;
- Comparar a aplicação das principais técnicas utilizadas no planejamento de atividades agropecuárias;
- Discriminar os recursos, áreas e níveis administrativos da empresa rural;
- Identificar as características da agricultura que diferenciam a administração da empresa rural da urbano-industrial;
- Analisar o contexto da empresa rural, seu ambiente interno e geral assim como as variáveis do processo administrativo nas empresas rurais.

### Ementa

Objetivos e estratégias das empresas rurais. Processo administrativo das empresas rurais. Organização, sistema e métodos nas empresas rurais. Planejamento e controle da produção: origem e função do planejamento e controle da produção. Técnicas de Planejamento e Controle da Produção. Novas tecnologias de inovação e gestão rural. Estudos de caso em Consultoria Rural.

### Referências Básicas

ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BATALHA, Mario Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAL – Gestão de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2012. 2 v.

SAVOIA, J. R. F. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

SILVA, Roni Antônio Garcia da. **Administração rural: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Juruá, 2013.

### Referências Complementares

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MASSILON, J. de Araújo. **Fundamentos de agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ZUIN, L.F.S; QUEIROZ, T.R. (coord.). **Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Logística para o Agronegócio			
<b>CH Teórica:</b> 52h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
Apresentar aos discentes fundamentos de logística e cadeia de suprimento agrícola, apresentando conceitos e técnicas de análise utilizadas no agronegócio.			
<b>Objetivos Específicos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reconhecer a importância do gerenciamento adequado das funções logísticas;</li> <li>● Decodificar os aspectos relacionados às definições de logística, cadeia de suprimentos (CS) e gestão da cadeia de suprimentos (GCS ou SCM);</li> <li>● Demonstrar a importância da logística e seus objetivos;</li> <li>● Ilustrar os agentes envolvidos no processo de coordenação das atividades logísticas;</li> <li>● Distinguir suprimento físico e distribuição física; atividades primárias e atividades de apoio da logística;</li> <li>● Comparar os produtos logísticos, suas características e ciclo de vida;</li> <li>● Averiguar estratégias e planejamento da logística no agronegócio.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Fundamentos e conceitos gerais de Logística. Caracterização dos sistemas de transporte em agronegócios. Logística de operações de apoio à produção agropecuária. Sistemas de coleta e distribuição de produtos. Armazenagem, manuseio e acondicionamento de produtos em agronegócios. Localização de depósitos e de instalações de armazenagem. Controle de estoques, aquisição e programação de produção. O ambiente e sua influência sobre o custo do produto. Redução de custos por meio da adequação de estoques. Principais problemas de transporte e logística em complexos agroindustriais.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BALLOU, R. H. <b>Gerenciamento da cadeia de</b> suprimentos. Bookman, 2006.</p> <p>BERTAGLIA. <b>Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento</b>. Saraiva, Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>CHING, Hong Yuh. <b>Gestão de estoque na cadeia de logística integrada</b>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. <b>Administração de materiais: uma abordagem logística</b>. Atlas, 2010.</p> <p>NOVAES, Antônio Galvão. <b>Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier,</p>			

2007.

### Referências Complementares

CAIXETA-FILHO. **Gestão de Logística do Transporte de Cargas**. Atlas, São Paulo, 2002.

COSTA, M. F. G., FARIA, A. C. **Gestão de Custos Logísticos**. São Paulo: Atlas, 2008.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 3 ed. Rio de Janeiro: *CAMPUS*, 2007.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2014.

## PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Fundamentos de Comercialização

<b>CH Teórica:</b> 28h/aula	<b>CH Prática:</b> 12h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	-----------------------------	---------------------------	-----------------

### Objetivo Geral

Oferecer uma visão ampla ao aluno de como se processam as atividades que fazem parte do mercado agropecuário.

### Objetivos Específicos

- Ilustrar os conceitos para realização de diagnóstico organizacional;
- Construir projeto de consultoria: características; etapas e contrato de serviço;
- Desenvolver diagnósticos;
- Construir propostas comerciais e relatórios;
- Escrever políticas, manuais, procedimentos e regulamentos.

### Ementa

Introdução à comercialização agrícola. Oferta e procura de produtos agropecuários. Equilíbrio de mercado. Preços de mercado. Mercado de insumos agropecuários. Mercado de produtos agropecuários. Instituições e indivíduos da comercialização agrícola. Canal de comercialização. Eficiência de comercialização. Políticas de mercado agropecuário.

### Referências Básicas

BRANDT, Sergio Alberto. **O mercado agrícola brasileiro**. São Paulo : Nobel, 1979.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia agrícola: princípios básicos e aplicações**. Curitiba, Editora da UFPR, 1989.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp. IE, 1996.

#### Referências Complementares

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis, ed. Vozes, 1987.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C; NICOL, Roberto. **Economia agrícola – o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: MacGraw Hill, 1987.

ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. UFRS, 1998, 323 p.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Fertilização e Conservação do Solo

<b>CH Teórica:</b> 32h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Reconhecer a importância da fertilidade e conservação do solo para a produção e rentabilidade econômica da exploração agropecuária.

#### Objetivos Específicos

- Explicar a interação dos processos químicos, físicos e biológicos como determinantes do comportamento do solo no ecossistema;
- Apontar os princípios de fertilidade e conservação do solo para auxiliar no processo de tomada de decisão;
- Ilustrar a importância da conservação do solo para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do processo produtivo;
- Demonstrar técnicas de fertilização e conservação do solo.

#### Ementa

Conceito e propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Noções gerais sobre corretivos e fertilizantes. Manejo e conservação do solo.

#### Referências Básicas

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MALAVOLTA, E.; ALCARDE, J. C.; GOMES, F. P. **Adubos e adubações**. São Paulo: Nobel, 2002.

TROEH, R. F.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 6. ed. São Paulo: Andrei, 2007.

#### Referências Complementares

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 10. ed. São Paulo: Icone, 2015.

CORINGA, E. A. O. **Solos**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

NOVAIS, R.F. de; *et al.* **Fertilidade do Solo**. 1a. Ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Fundamentos de Marketing

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Reconhecer a importância do marketing, suas orientações e tarefas necessárias para o processo de marketing no Agronegócio.

#### Objetivos Específicos

- Apontar os principais conceitos e teorias do marketing e suas aplicações no agronegócio;
- Ilustrar a importância da informação e da pesquisa na tomada de decisão de marketing;
- Descrever o processo de segmentação e posicionamento, bem como, desenvolver e gerenciar as ações estratégicas e táticas de marketing no agronegócio.

#### Ementa

Plano de Marketing: planejamento comercial, organização e estratégia comercial. Principais forças do macroambiente (demográfico, econômico, natural, tecnológico, político-legal e sociocultural). Métodos e técnicas para identificação das variáveis de preço: preço básico, descontos e prazos. Métodos e técnicas para identificação das variáveis de produto ou serviço: características, “*design*”,

qualidade, embalagem, ciclo de vida do produto. Métodos e técnicas para identificação das variáveis da praça (distribuição).

#### Referências Básicas

CHURCHIL, J.; GILBERT, A.; PETER, J. **Marketing: criando valor para os clientes**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.

KOTLER, P.; KELLER K.L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

#### Referências Complementares

COBRA, Marcos. **Marketing básico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMAN, K. Douglas; BATESON, John E. G. **Princípios de Marketing de Serviços: conceitos, estratégias e casos**. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KOTLER, Philip. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 2000.

TAGLIACARNE, Guglielmo. **Pesquisa de mercado: técnica e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, S.C. (Coord.) **Gestão de Marketing**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Associativismo e Cooperativismo

**CH Teórica:** 40h/aula

**CH Prática:**

**CH Total:** 40h/aula

**Código:-**

#### Objetivo Geral

Desenvolver no aluno a compreensão da diferença, vantagens e desvantagens de uma cooperativa e uma associação.

#### Objetivos Específicos

- Definir o que é uma associação e a importância dessa organização;
- Identificar a forma de organização de uma associação passo a passo;
- Ilustrar o cooperativismo, a sua história e sua importância;
- Descrever a metodologia da moderação móvel, para utilização na condução de reuniões com agricultores;
- Operacionalizar os futuros técnicos com informações sobre as políticas públicas que podem ser acessadas de forma coletiva.

### Ementa

Origem histórica das organizações. Princípios do cooperativismo e do associativismo. Formas de cooperação: associação, cooperativa e grupo informal. Ambiente social e organizacional. Organizações rurais e desenvolvimento territorial. Participação e gestão participativa. Cooperação, organização social e desenvolvimento. Políticas públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Economia solidária no meio rural.

### Referências Básicas

FIORINI, Carlos; ZAMPAS, Antônio. **Cooperativismo e Empreendedorismo**. São Paulo. Saraiva, 2015.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2ª Ed. São Paulo. GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S/A, 2012.

RIOS, Gilvando Sa Leita. O Que é Cooperativismo. 2ª edição. São Paulo. Editora: Saraiva, 2015.

### Referências Complementares

MIRANDA, José Eduardo de. **Filosofia Cooperativa - Análisis Del Proceso de Conformación Del Cooperativismo**. São Paulo. Editora Juruá, 2016.

OLIVEIRA, Fábio de. **Os Sentidos do Cooperativismo**. São Paulo. Editora LTR. 2014

OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. D. **Manual de Gestão Das Cooperativas - Uma Abordagem Prática**. São Paulo. 7ª Ed. Atlas, 2015.

SCHOLZ, Trebor **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016

THESING, Nelson José. **Por Um Mundo Melhor – Cooperação e Desenvolvimento**. Editora: Buqui, Porto Alegre/RS, 2015.

## PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Cadeias Produtivas da Pecuária

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

### Objetivo Geral

Conhecer os principais aspectos envolvidos nas cadeias produtivas da pecuária.

<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever os princípios das cadeias produtivas pecuárias;</li> <li>• Ilustrar as particularidades das diversas cadeias produtivas;</li> <li>• Distinguir as oportunidades existentes nas cadeias produtivas;</li> <li>• Identificar as tendências das cadeias produtivas pecuárias.</li> </ul>
<b>Ementa</b>
<p>Conceitos e principais cadeias produtivas da pecuária regional, nacional e mundial. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Evolução, peculiaridades, principais tendências e oportunidades das cadeias produtivas da avicultura de corte e postura, suinocultura, piscicultura, apicultura, bovinocultura de corte e leite, bubalinocultura de corte e leite, ovinocultura e caprinocultura.</p>
<b>Referências Básicas</b>
<p>BARCELLOS, J. O. J. <b>Bovinocultura de corte</b>: Cadeia produtiva e Sistemas de produção. Agrolivros, 2011.</p> <p>CAVALCANTI, S. S. <b>Suinocultura dinâmica</b>. Belo Horizonte: FEP/MVZ, 2000.</p> <p>MENDES, Judas T. Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. <b>Agronegócio: uma abordagem econômica</b>. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>NEVES, M. F.; et al. <b>Estratégias para a carne bovina no Brasil</b>. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
<b>Referências Complementares</b>
<p>NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano &amp; THOME, E. <b>Marketing e Estratégia em Agronegócio e Alimentos</b>. São Paulo: Atlas, 2007. 368p. 4ex. de 2003.</p> <p>OLIVEIRA, R.L.; BARBOSA, M.A.A.F. <b>Bovinocultura de Corte: desafios e tecnologias</b>. Salvador: Editora da UFBA, 509 p. 2007.</p> <p>PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). <b>Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional</b>. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.</p>

### 3º SEMESTRE

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Responsabilidade Social e Ambiental no Agronegócio			
<b>CH Teórica:</b> 40h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			

Conhecer os aspectos econômicos da produção e gestão sustentável no desenvolvimento de um negócio, referentes aos mecanismos e instrumentos utilizados na gestão empresarial, com vistas a assegurar a qualidade ambiental, a sustentabilidade dos empreendimentos e a responsabilidade socioambiental.

### Objetivos Específicos

- Distinguir os conceitos de meio ambiente e de responsabilidade social e ambiental;
- Ilustrar os processos de produção do ponto de vista da sustentabilidade e da preservação ambiental;
- Classificar modelos de gestão e princípios fundamentais;
- Descrever políticas públicas e privadas de desenvolvimento social integrado ao meio ambiente;
- Desenvolver o senso crítico, o trabalho em equipe e a identificação e solução de problemas do agronegócio em relação a sustentabilidade.

### Ementa

A crise socioambiental, causas e cenários. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade ambiental. Ferramentas de gestão ambiental. Responsabilidade Social e Corporativa. Desenho e implementação de programas de Responsabilidade Social Corporativa. Instrumentos de auditoria e divulgação de resultados de ações sustentáveis. Conceitos de Economia Verde. Conceitos de Uso da Terra e Mudança do Uso da Terra. Classificação Ambiental de agroquímicos. Resíduos provenientes do setor agropecuário.

### Referências Básicas

BUAINAIN, Antônio Marcos; *et al.* **O mundo rural do século 21**. São Paulo: Unicamp; Brasília: EMBRAPA, 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. In: *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. Atlas, 2011.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro, LTC. 2011.

NASCIMENTO, L. F; LEMOS, A.D.C; MELLO, M.C. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2014

### Referências Complementares

CARVALHO, A.R.C.; OLIVEIRA, M.V.C. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio Rural**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

MELO NETO, F.P; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. São Paulo: Qualitymark, 2001.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios & Desenvolvimento Sustentável**. São

Paulo: Editora Atlas. 2007.

PHILIPPI JR., A. **Saneamento, saúde e ambiente**. São Paulo: Editora Manole, 2004.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **GESTÃO AMBIENTAL: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. São Paulo, Atlas. 2007.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Custos e Formação de Preços			
<b>CH Teórica:</b> 54h/aula	<b>CH Prática:</b> 6h/aula	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
Proporcionar o entendimento dos principais conceitos de custos e formação de preço e sua aplicabilidade na gestão das empresas.			
<b>Objetivos Específicos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir conhecimento dos principais conceitos e definições da contabilidade de custos;</li> <li>• Classificar custos e despesas de uma empresa;</li> <li>• Descrever os métodos de custeio;</li> <li>• Operar decisões com base em custo variável.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Abordagem introdutória à contabilidade de custos. Conceitos, classificações e nomenclaturas de custos. Departamentalização e centro de custos. Definição de bases de rateio e metodologia de aplicação de custos indiretos Custeio direto ou absorção. Controle e custeio dos materiais. Controle e custeio de mão-de-obra. Custos Indiretos de Fabricação (CIF). Custeio baseado em atividade ( <i>Activity Based Costing</i> ). Análise Custo, Volume e Lucro. Ponto de equilíbrio, Efeitos dos Tributos sobre custos e preços. Formação de preços.			
<b>Referências Básicas</b>			

COSTA, Rogério Guedes; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

BACINELLO, Edilson. **Contabilidade de Custo**. Cuiabá: Rede e-TEC, 2014.

FAMA, Rubens; BRUNI, Adriano Leal. **Gestão de custos e formação de preços**. São Paulo: Atlas, 2002.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2011.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013

#### Referências Complementares

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2002.

COGAN, Samuel. **Custos e preços: formação e análise**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

HORNGREM, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George G. **contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KUHNEN, Osmar Leonardo. **Matemática financeira empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Turismo Rural

<b>CH Teórica:</b> 32h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Conhecer e estudar esta importante vertente do turismo no Brasil, suas origens e características e a sua ligação com o setor primário da economia, a agropecuária.

#### Objetivos Específicos

- Identificar as paisagens naturais da região e as suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo;
- Apontar os estabelecimentos rurais da região que fazem parte da cadeia produtiva;
- Listar as políticas públicas das diferentes esferas administrativas para o turismo rural;

- Ilustrar a importância do setor de serviços para o crescimento local e regional, bem como para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade;
- Reconhecer o turismo rural como uma atividade sustentável que contribui para conservação e preservação ambiental;
- Defender a consciência ambiental e social através de meios pedagógicos à comunidade e ao turista;
- Desenvolver organização desta atividade do setor de serviços na região;
- Operacionalizar através do marketing o turismo, a cultura, as pessoas e os produtos da região.

#### **Ementa**

Turismo Rural: origens e características. Produção Turística no meio rural. Aspectos econômicos e socioculturais. Os impactos ambientais. Clientela e mercado do Turismo Rural. Implantação de projetos. Planejamento turístico: fatores intervenientes no desenvolvimento do turismo: fatores socioeconômicos determinantes, fatores culturais e psicossociológicos, fatores técnicos determinantes. Turismo agroecológico e subatividades do turismo.

#### **Referências Básicas**

FARIA, João Carlos. **Turismo como Fator de Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: REIS, Fábio José Garcia (Org.) Turismo – Uma Perspectiva Regional. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005, p. 31-41.

PIRES, Paulo dos Santos. **A Paisagem Rural como Recurso Turístico**. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.) Turismo Rural – Práticas e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2003, p. 117-132.

RUSCHMANN, DORIS. **Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

#### **Referências Complementares**

BLOS, Wladimir. **O Turismo Rural na Transição para um Outro Modelo de Desenvolvimento Rural**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio & RIEDL, Mário (Orgs.) Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000, p. 199-222.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Embratur. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, DF, 1994.

CAMPANHOLA, Clayton & SILVA, José Graziano. **O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio & RIEDL, Mário (Orgs.) Op. cit. Bauru: EDUSC, 2000, p. 145-179.

RODRIGUES, Adyr Balastri. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Políticas Públicas para o Agronegócio			
<b>CH Teórica:</b> 40h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
Estudar o conjunto das políticas agrícolas, seus instrumentos e impactos para o desenvolvimento agrícola e agrário brasileiro.			
<b>Objetivos Específicos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Analisar os processos da modernização da agricultura, da implantação dos complexos agroindustriais e o desenvolvimento dos mercados agrícolas em decorrência das políticas agrícolas adotadas;</li> <li>● Ilustrar o funcionamento das políticas agrícolas e desenvolver o conhecimento interdisciplinar, analítico e crítico da política agrícola no Brasil;</li> <li>● Esquematizar informações para compreensão das mediações que precedem a formação das políticas públicas e que acompanham sua implementação.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Conjuntura do Agronegócio. Políticas Macroeconômicas. Política Agrícola. Política florestal e de produção ambiental. Política comercial. Política industrial. Política de investimentos públicos. Cenário internacional do Agronegócio.			
<b>Referências Básicas</b>			
BACHA, Carlos José Caetano. <b>Economia e política agrícola no Brasil</b> . São Paulo: Atlas, 2004.			
LEITE, Sérgio. <b>Políticas Públicas e Agricultura no Brasil</b> . Sérgio Leite (org.). Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2001.			
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M A S. <b>Manual de Economia</b> - Equipe de Professores da USP. Saraiva, Rio de Janeiro, 2006.			
SOUZA, Nali de Jesus de. <b>Desenvolvimento Econômico</b> . 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.			
<b>Referências Complementares</b>			
EVANS, P. <b>Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial</b> . UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.			
GREMAUD, A. P.; AZEVEDO, P. F.; DIAZ, M. D. M. <b>introdução a Economia</b> . Atlas, São Paulo, 2007.			
VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. <b>Fundamentos de Economia</b> . Saraiva,			

Rio de Janeiro, 2008.

TROSTER, R.L; MOCHON, F. **Introdução a Economia**. Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2002.

## PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Sistemas Agroindustriais

<b>CH Teórica:</b> 60h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 60h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

### Objetivo Geral

Compreender os sistemas agroindustriais e as táticas para agregação de valor aos produtos agropecuários.

### Objetivos Específicos

- Descrever os sistemas agroindustriais existentes e suas interações com os segmentos produtivos;
- Decodificar conceitos de cadeias produtivas, sua importância e aplicação;
- Enumerar e avaliar coeficientes técnicos desde a produção até o produto final dentro dos sistemas agroalimentares.

### Ementa

Conceitos sobre sistemas agroindústrias. Segmentos dos sistemas agroindustriais. Agregação de valor à produção agropecuária. Comercialização de produtos agroindustriais.

### Referências Básicas

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2013.

CALLADO, A.A.C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEVES, M.F.; CASTRO L.T. **Marketing e estratégia em agronegócio de alimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

### Referências Complementares

FARINA, E.M.M.Q. **Competitividade e coordenação nos sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual**. Gestão e Produção. 1999.

NEVES, M.F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

SCARPELLI, M. Planejamento e controle da produção. In: BATALHA, M.O.

**Gestão Agroindustrial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Planejamento e Gestão de Projetos Agropecuários

**CH Teórica:** 54h/aula **CH Prática:** 6h/aula **CH Total:** 60h/aula **Código:-**

#### Objetivo Geral

Proporcionar elementos teóricos e metodológicos na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos agropecuários.

#### Objetivos Específicos

- Descrever os elementos principais de Planejamento e gestão de projetos;
- Denominar o mercado agropecuário;
- Desenvolver planos de atividade e produção;
- Empregar cálculos de custos de produção.

#### Ementa

Técnicas de coleta de dados. Estudo de impacto ambiental. Levantamento patrimonial, técnico e financeiro da propriedade. Planejamento: conceitos, importância, objetivos, etapas e técnicas. Projeto: objetivos, justificativa, tipos, etapas, técnicas e elemento. Perspectiva de mercado, comercialização e preço, análise do mercado consumidor, canais de distribuição, qualidade e apresentação dos produtos a serem comercializados. Plano de Atividades. Plano de Produção. Custo de produção (insumos, recursos humanos, gastos gerais, custos indiretos, depreciação, amortização, despesa, receita, análise de resultados). Cronogramas. Orçamentos. Esquema de reembolso. Índice de rentabilidade previsto. Parecer final.

#### Referências Básicas

NEWTON, Richard. **O gestor de projetos.** Tradução de Daniel Vieira. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

NORONHA, J. F. 1987. **Projetos Agropecuários: Administração Financeira.** 2. ed. Editora Atlas S.A., São Paulo.

MENEZES, L.C.M. **Gestão de projetos.** 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

WOILER, S.; MATHIAS, W.F. **Projetos: planejamento, elaboração e análise.** São Paulo. Editora Atlas, 2004.

### Referências Complementares

- ARAÚJO, M. **Fundamentos de Agronegócios**. Atlas, 2003.
- MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 2ª. Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2008.
- SILVA, R. A. G. da. **Administração Rural - Teoria e Prática**. 3ª Ed. Paraná: Juruá, 2013.
- SILVA R. C. **Planejamento e Projeto Agropecuário - Mapeamento e estratégias agrícolas**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. 136p.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Empreendedorismo

**CH Teórica:** 48h/aula **CH Prática:** 12h/aula **CH Total:** 60h/aula **Código:-**

#### Objetivo Geral

Definição das diferentes formas de empreendedorismo. Atitude empreendedora e criatividade. Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária. Elaboração de modelo de negócios (Canvas) e de plano de negócios. Simuladores e jogos empresariais.

#### Objetivos Específicos

- Operacionalizar debates e reflexões sobre as atitudes de um empreendedor, bem como desenvolver o espírito criativo e inovador;
- Descrever a relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento da sociedade;
- Apontar a dinâmica empresarial atual e a complexidade do ambiente, pelas demandas e pelas mudanças.

#### Ementa

Conceito de Empreendedorismo e Empreendedor. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão Empreendedora, Liderança e Motivação. Empreendedorismo no Brasil. Plano de negócios; Elaboração do plano de negócios; Tipos de planos de negócios; Exemplos de planos de negócios; Avaliação do plano de negócios; Avaliação econômica de empreendimentos; O processo de tomada de decisão; Indicadores de avaliação econômica e financeira; Análise de sensibilidade; Análise de risco.

#### Referências Básicas

BERNARDI Luiz Antonio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas** Editora Atlas 1ª Edição .2003.  
DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 5ª reimpressão.  
GUIMARÃES, Tomás de Aquino e E.C. L. de Souza. **Empreendedorismo Além do Plano de Negócios**. Editora Atlas 1ª Edição. 2005.

#### Referências Complementares

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. (Orgs.). **Empreendedorismo Estratégico: criação e gestão de pequenas empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ORTIGARA, Anacleto Ângelo. **A Cabeça do Empreendedor: o pensamento do fundador de uma empresa de sucesso**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Crédito Rural

<b>CH Teórica:</b> 40h/aula	<b>CH Prática:</b>	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Utilizar o crédito rural como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio local.

#### Objetivos Específicos

- Apontar a legislação referente ao crédito rural;
- Classificar as linhas de crédito rural;
- Determinar linha de crédito adequada para cada segmento do setor agropecuário.

#### Ementa

Lei 4.829, de 05/11/1965 - Institucionaliza o Crédito Rural. Decreto 58.380 de 10/05/66 - Regulamenta o Crédito Rural. Decreto Lei 167, 14/02/67 - Cria os Títulos de Crédito Rural. Lei 8.171, 17/01/91 - Cria a Política Agrícola. Lei 11.326, 24/07/06 - Institui Agricultura Familiar. Manual de Crédito Rural: Introdução; Condições Básicas; Operações; Créditos a Cooperativas de Produção e de Crédito; Recursos. PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. Fundo de defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Programas agropecuários com recursos do BNDES. Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO.

#### Referências Básicas

BITTENCOURT, M. A. F.; VIAL, S. M. **Crédito rural: um desafio a céu aberto**. Livraria do advogado: Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, L. de P. **Crédito rural legal**. Curitiba: Juruá, 2017.

PEREIRA, L. de P. **Financiamento rural**. Curitiba: Juruá, 2014.

SANTOS, J. O. dos. **Análise de Crédito**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2015

#### Referências Complementares

MARQUES JUNIOR, W. P. **Direito agrário: recomendado para concursos públicos**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

RIZZARDO, A. **Curso de direito agrário**. 3ª edição. São Paulo: RT, 2015.

SILVA, A. G. da. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

VALENTE, P. G. **Financiamento de longo prazo: um roteiro prático para o BNDES, OFC, FINEP e outras instituições**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

### PLANO DE DISCIPLINA

**Curso:** TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

**Disciplina:** Higiene e Segurança do Trabalho

<b>CH Teórica:</b> 32h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
-----------------------------	----------------------------	---------------------------	-----------------

#### Objetivo Geral

Construir conhecimento referentes a segurança do trabalho para o exercício seguro da profissão, avaliando as situações de risco, as causas dos acidentes e das patologias associadas aos processos produtivos, bem como das metodologias utilizadas na sua prevenção e controle.

### Objetivos Específicos

- Identificar as situações de risco à saúde causadas pela atividade laboral e as medidas de prevenção;
- Defender a importância dos programas de gestão em segurança do trabalho para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho;
- Distinguir os equipamentos de proteção individuais e coletivos e, suas aplicações específicas;
- Analisar os tipos de acidentes mais comuns na vida profissional.

### Ementa

Introdução a higiene e segurança no trabalho. Gestão da segurança: principais riscos nos ambientes de trabalho, avaliação, classificação e mapa de riscos. Prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva. Prevenção e Combate a Incêndio. Sinalização de Segurança. Organização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Normas regulamentadoras e legislação aplicada à segurança no trabalho. NR -31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

### Referências Básicas

BARBOSA, Rildo Pereira; BARSANO, Paulo Roberto. **Segurança do trabalho - Guia prático e didático**. 1 ed. São Paulo: Erica, 2012.

EQUIPE ATLAS - **Segurança e Medicina do Trabalho**. 81ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SALIBA, T. M. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. 8ª ed. Paulo: LTr, 2018.

SALIBA, T. M. **Estratégia de Avaliação dos Riscos Ambientais. Tratamento Estatístico dos Dados**. 1 ed. São Paulo: LTR, 2016.

### Referências Complementares

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 5ª ed. São Paulo: Método, 2018.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, E. A. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6ª Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

KIRCHNER, A. **Gestão da Qualidade: segurança do trabalho e gestão ambiental**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2009.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>			
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
<b>Disciplina:</b> Qualidade e Segurança Alimentar			
<b>CH Teórica:</b> 32h/aula	<b>CH Prática:</b> 8h/aula	<b>CH Total:</b> 40h/aula	<b>Código:-</b>
<b>Objetivo Geral</b>			
Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos dos processos de higienização e controle de qualidade na produção de alimentos.			
<b>Objetivos Específicos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Descrever os conceitos de higiene, limpeza, desinfecção e sanitização;</li> <li>● Discriminar os tipos de detergentes e sanificantes;</li> <li>● Aplicar as principais medidas higiênico-sanitárias necessárias à produção de alimentos de acordo com as legislações vigentes;</li> <li>● Interpretar como ocorre a avaliação do procedimento de higienização;</li> <li>● Definir o que é e como obter a qualidade de produtos alimentícios;</li> <li>● Demonstrar e executar os programas de autocontrole na indústria.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Fundamentos de higiene, limpeza e sanitização na agroindústria. Tratamento e qualidade da água. Higienização na indústria de alimentos. Agentes detergentes e sanificantes: principais tipos e aplicabilidade para diferentes superfícies e resíduos. Avaliação do procedimento de higienização. Definição e evolução do controle de qualidade. Sistemas de qualidade para alimentos: Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ), Boas Práticas de Fabricação (BPF), Procedimento Operacional Padrão (POP), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Normas nacionais e internacionais de garantia de qualidade. Programas de Autocontrole.			
<b>Referências Básicas</b>			
EVANGELISTA, J. <b>Tecnologia de alimentos</b> . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.			
GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; GAVA J. R. F. <b>Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações</b> . São Paulo: Nobel, 2008.			
GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. <b>Higiene e vigilância sanitária de alimentos</b> . 5. Ed. Manole, 2015. 1112p.			
ORDÓÑEZ, J. A.P. <b>Tecnologia de alimentos</b> . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
<b>Referências Complementares</b>			
BRASIL. <b>Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002</b> . Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos			



estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 de nov. de 2002, Seção 1, p. 4-21. (POP).

BRASIL. **Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de set. de 2004, Seção 1, p. 25. (BPF).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria n. 46, de 10 de fevereiro de 1998.** Institui o sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle: APPCC a ser implantado nas indústrias de produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 fev. 1998. Seção I. (APPCC).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Circular 175, de 16 de maio de 2005.** Estabelece Programas de Autocontrole que serão sistematicamente submetidos à verificação oficial de sua implantação e manutenção. Estes Programas incluem o Programa de Procedimentos Padrão de Higiene Operacional - PPHO (SSOP), o Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC (HACCP) e, num contexto mais amplo, as Boas Práticas de Fabricação - BPFs (GMPs). Disponível em [www.agricultura.gov.br/sislegis/](http://www.agricultura.gov.br/sislegis/) (Autocontrole).